



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Educação

ESCOLA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP
ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CURSO TÉCNICO EM LOGÍSTICA

ECONOMIA E MERCADOS



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

Governador

Cid Ferreira Gomes

Vice Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho

Secretária da Educação

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretário Adjunto

Maurício Holanda Maia

Secretário Executivo

Antônio Idilvan de Lima Alencar

Assessora Institucional do Gabinete da Seduc

Cristiane Carvalho Holanda

Coordenadora da Educação Profissional – SEDUC

Andréa Araújo Rocha

Sumário

UNIDADE 1 - Conceitos fundamentais da Economia

Conceitos fundamentais da Economia.....	2
Resumo.....	7
Atividade de aprendizagem.....	6

UNIDADE 2 - Valor

Valor.....	8
Resumo.....	16
Atividade de aprendizagem.....	16

UNIDADE 3 - Mensuração da atividade econômica

O sistema econômico.....	18
Resumo.....	40
Atividade de aprendizagem.....	40

Material Complementar

Conceitos de Economia.....	41
----------------------------	----

Gestão de Comércio I – Economia e Mercados

1

Conceitos fundamentais da Economia

Nos dias de hoje, quando andamos pela cidade, percebemos um grande movimento no comércio. Centenas de pessoas enchem as lojas, despertando um contentamento enorme nos vendedores. Os compradores estão contentes, pois as lojas oferecem uma infinidade de produtos, desde roupas de todos os tipos até equipamentos eletrônicos mais sofisticados, de modo a satisfazer a todos os gostos. Veja que essa variedade de bens satisfaz a vontade do consumidor mais exigente e mais rico ao menos exigente e com menor poder de compra.

O importante é que são milhões de produtos que milhares de pessoas podem comprar e compram todos os dias. Essa cena pode ser vista em qualquer cidade do Brasil e do mundo. É bom lembrar que a disciplina Economia, que ora estamos iniciando, se interessa, em grande medida, por essas coisas ditas comuns.

No Século XIX, Alfred Marshall disse que a Economia procura estudar os negócios comuns da vida da humanidade. Por negócios comuns, podemos entender as cenas comuns da vida econômica. Hoje, a Economia continua estudando e tentando entender como esses negócios comuns funcionam: como funciona nosso sistema econômico?

Para saber mais

***Alfred Marshall** - (1842-1924) - foi um dos mais influentes economistas de seu tempo. Seu livro *Princípios de Economia* (*Principles of Economics*, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred_Marshall_note-PRINCIPLES#_note-PRINCIPLES) procurou reunir num todo coerente as teorias da oferta e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção, tornando-se o manual de Economia mais adotado na Inglaterra por um longo período. O método analítico-matemático de Marshall foi uma de suas maiores contribuições para a moderna Ciência Econômica. Fonte: Wikipédia (2007).

Quando e por que o sistema econômico entra em crise, ocasionando mudanças de comportamento das pessoas e empresas?

Etimologicamente, a palavra “economia” vem dos termos gregos *oikos* (casa) e *nomos* (norma, lei), e pode ser compreendida como “administração da casa”.

Note-se que administrar uma casa é algo bastante comum na vida das pessoas.

Portanto, essa aproximação de que as casas e as economias têm muita coisa em comum é muito utilizada.

Em síntese, pode-se dizer que a Economia estuda a maneira como se administram os recursos escassos com o objetivo de produzir bens e serviços, e como distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.

Pense como uma família toma decisões no seu dia-a-dia: quais tarefas cada membro deverá desempenhar, e o que cada um deles vai receber em troca? Quem

vai preparar o almoço e o jantar? Quem vai lavar e passar? Qual aparelho de televisão vai ser comprado? Qual carro vai ser adquirido? Onde passar as férias de final de ano? Quem vai? Onde vai ficar?

Segundo Mankiw (2005, p. 3), “[...] cada família precisa alocar seus **recursos*** escassos a seus diversos membros, levando em consideração as habilidades, esforços e desejos de cada um”.

Veja que os **recursos produtivos**, também denominados fatores de produção, são os elementos utilizados no processo de fabricação dos mais variados tipos de bens (mercadorias) e utilizados para satisfazer as necessidades humanas. O que é uma necessidade humana?

Entende-se por esta a sensação de que falta alguma coisa unida ao desejo de satisfazê-la. Acreditamos que todas as pessoas sentem necessidade de adquirir alguma coisa, sentem desejo tanto por alimentos, água e ar, quanto por **bens de consumo*** como televisão, computador, geladeira, etc.

Da mesma forma que uma família precisa tomar muitas decisões, uma sociedade também precisa fazer o mesmo. Precisa claramente definir o que produzir, para quem produzir, quando produzir e quanto produzir. Em linhas gerais, a sociedade precisa gerenciar bem seus recursos, principalmente se considerarmos que estes, de maneira geral, são escassos.

GLOSSÁRIO

*Recurso – insumo ou fator de produção, um material que seja necessário em uma construção ou em um processo de produção. Fonte: Wikipédia.

*Bens de consumo – bem comprado para satisfazer desejos e necessidades pessoais, tais como:

sabonete, refrigerante, pasta e escova de dentes, pente, sorvete, camisa, lápis, sapato e outros. Nem sempre o consumidor é aquele que compra o bem, mas sim aquele que o usa.

Fonte: Lacombe (2004)

Tradeoffs: em Economia, esse termo significa uma situação de escolha conflitante. Exemplos: redução da taxa de desemprego com aumento da taxa de inflação. Mais recursos para a saúde podem significar menos para educação. Talvez o maior *tradeoffs* que a sociedade brasileira enfrenta nos dias de hoje seja entre eficiência e equidade.

Assim como uma família não pode ter todos os bens que deseja, ou seja, dar aos seus membros todos os produtos e serviços que desejam, uma sociedade também não pode fazer o mesmo. A razão para que isso aconteça está na escassez. Escassez significa que os recursos são limitados em termos de quantidade disponível para uso imediato.

Portanto, escassez significa também que a sociedade não tem todos os recursos que gostaria de ter para produzir todos os bens e serviços para oferecer a todos os seus membros. A Economia, assim, tem sido entendida como o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos, embora haja quem discorde disto. Ainda que possamos estudar Economia de muitas maneiras, existem algumas idéias

que se tornam centrais nesta disciplina. Essas idéias são consideradas como princípios básicos de Economia por parte de alguns economistas. Portanto, para poder compreender Economia, é bom saber mais sobre quais são esses princípios e o que significa cada um. Segundo Mankiw (2005), não há nada de misterioso sobre o que é uma economia. Em qualquer parte do mundo, uma economia é um grupo de pessoas que estão interagindo umas com as outras e, dessa forma, vão levando a vida. Diante disso, podemos imaginar que a primeira coisa que precisamos entender quando se quer compreender uma economia é saber como são tomadas as decisões dessas pessoas. Portanto, cabe questionar: como as pessoas tomam decisões?

Quatro princípios norteiam essa primeira questão:

primeiro: as pessoas precisam fazer escolhas, e essas escolhas não são de graça. Elas precisam ser feitas tendo em vista que os recursos são escassos. Não é possível atender a todas as necessidades de maneira ilimitada. Portanto, a sociedade precisa fazer suas escolhas, assim como os indivíduos no seu dia-a-dia;

Os economistas usam o termo mudanças marginais para explicar os pequenos ajustes incrementais a uma ação existente.

segundo: o custo real de alguma coisa é o que o indivíduo deve despendar para adquiri-lo, ou seja, o custo de um produto ou serviço é aquilo do que tivermos de desistir para consegui-lo; terceiro: as pessoas são consideradas racionais e, por isso, elas pensam nos pequenos ajustes incrementais de todas as suas decisões. Isto significa que as pessoas e empresas podem melhorar seu processo de decisão pensando na margem.

Portanto, um tomador de decisão considerado racional deve executar uma ação se, e somente se, o resultado dos benefícios marginais forem superiores aos seus custos marginais; quarto: as pessoas reagem a estímulos. Como elas tomam suas decisões levando em conta os benefícios e seus custos, qualquer alteração nessas variáveis pode alterar o comportamento da sua decisão. Assim, qualquer incentivo que ocorra pode alterar a conduta do tomador de decisões. Nota-se que os formuladores de políticas públicas fazem bastante uso deste princípio.

A segunda questão básica que norteia o processo econômico é como as pessoas interagem, ou seja, como as economias funcionam. Isto é muito importante em Economia, pois, a partir desse princípio, podemos compreender que o comércio pode ser bom para todos os agentes, que os **mercados*** são geralmente bons organizadores da atividade econômica, que os mercados às vezes falham e que, por isso, os governos podem melhorar os resultados do mercado.

GLOSSÁRIO

*Mercado – a demanda quantificada total para determinado produto ou serviço num período determinado.

Fonte: Lacombe (2004)

O padrão de vida das pessoas depende da sua capacidade de produzir bens e serviços. Portanto, o desenvolvimento econômico, e a expansão das atividades econômicas de um país são pontos fundamentais para entender como funciona a economia de um país.

Na realidade, a idéia de que há ganhos com o comércio foi introduzida na Economia de forma mais bem elaborada em 1776, por Adam Smith, com o seu livro *Riqueza das nações*.

***Adam Smith** (1723-1790) – economista e filósofo escocês, considerado o pai da Economia Moderna e um dos mais importantes teóricos do liberalismo econômico. Autor de *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, procurou demonstrar que a riqueza das nações resultava da atuação de indivíduos que, movidos apenas pelo seu próprio interesse egoísta, promoviam o crescimento econômico e a inovação tecnológica. Fonte: Wikipédia (2007).

Os ganhos do comércio são oriundos, sobretudo, da divisão do trabalho, portanto, da especialização. O fundamento que fica é que a economia como um todo pode produzir mais e melhor quando cada pessoa se especializa em uma tarefa. Isto aumenta a **produtividade*** do sistema, aumentando, assim, a quantidade de bens e serviços à disposição das pessoas. Dessa forma, temos mais comércio, mais desenvolvimento dos lugares e das pessoas.

GLOSSÁRIO

*Produtividade – relação entre os produtos obtidos e os fatores de produção empregados na sua obtenção. A produtividade é o quociente que resulta da divisão entre a produção obtida e um dos fatores empregados na produção (insumo). Fonte: Lacombe (2004).

Em economias centralizadas, são os planejadores que estabelecem o quanto vai ser produzido e o que vai ser consumido. Dessa forma, apenas o governo, através do órgão de planejamento, pode organizar a atividade econômica de maneira a oferecer e atender a todas as demandas eventualmente estabelecidas pela população. Veja que em economias de mercado essa função de estabelecer o quanto e como produzir é atribuição do mercado, ou seja, as decisões do planejador central são substituídas pelas decisões de milhares de pessoas e empresas. Diante disso, o mercado é considerado, na maioria das vezes, a melhor forma para destinar os recursos escassos. Porém, às vezes, ele falha nesse processo de destinar de maneira eficiente os recursos e fazer a distribuição equitativa de seu produto, e, quando isso acontece, o governo precisa intervir na economia. Isto significa que, quando os mercados não estão alcançando a eficiência econômica e a equidade na distribuição de renda, a intervenção do governo deve ocorrer.

Podemos dizer que a questão da capacidade de produzir bens e serviços está relacionada ao nível de produtividade do país. Para Romer (2002), o que explica as grandes diferenças de padrão de vida entre os países ao longo do tempo é a diferença de produtividade entre eles. Dessa maneira, onde a produtividade das pessoas é maior, ou seja, produzem mais bens e serviços em menos tempo, o padrão de vida é maior.

Bens e serviços

De um modo geral, o objetivo de uma indústria é produzir bens e serviços para vendê-los e obter **lucros***. Mas o que são bens? E serviços? De forma global, **bem** é tudo aquilo que permite satisfazer as necessidades humanas.

GLOSSÁRIO

*Lucro – diferença entre o resultado obtido e o resultado esperado, quando o resultado obtido é superior ao esperado. Fonte: Lacombe (2004).

Segundo o caráter, os **bens** podem ser: **bens livres**: são úteis. Existem em quantidade ilimitada e podem ser obtidos sem nenhum esforço na natureza. Ex: a luz solar, o ar, o mar. Esses bens não possuem preços; **bens econômicos**: são úteis. Possuem preços, são relativamente escassos e supõem a ocorrência de esforço humano para obtê-lo. Esses **bens** são classificados em dois grupos: **bens materiais**: são de natureza material, podem ser estocados, tangíveis (podem ser tocados), como roupas, alimentos, livros, TV, etc.; **serviços**: não podem ser tocados (intangíveis). Ex: serviço de um médico, consultoria de um economista, serviços de um advogado (apenas para citar alguns), e acabam no mesmo momento de produção. Não podem ser estocados. Os bens materiais classificam-se em: **bens de consumo**: são aqueles diretamente usados para a satisfação das necessidades humanas. Os bens de consumo podem ser: bens de consumo duráveis (como carros, móveis, eletrodomésticos); e bens de consumo não duráveis (tais como gasolina, alimentos, cigarro);

bens de capital: são bens de produção (ou os bens de produção são os bens de capital), ou seja, bens de capital, que permitem produzir outros bens, por exemplo: equipamentos, computadores, edifícios, instalações, etc. Deve ser dito que tanto os bens de consumo quanto os bens de capital são classificados como:

bens finais: são bens acabados, pois já passaram por todas as etapas de transformação possíveis;

bens intermediários: são bens que ainda estão inacabados, que precisam ser transformados para atingir a sua finalidade principal. Ex: o aço, o vidro e a borracha usados na produção de carros.

Os bens podem ser classificados, ainda, em:

bens públicos: são bens não exclusivos e não disputáveis. Referem-se ao conjunto de bens fornecidos pelo setor público: transporte, segurança e justiça;

bens privados: são bens exclusivos e disputáveis. São produzidos e possuídos privadamente: TV, carro, computador, etc.

Agentes econômicos

Agentes econômicos são pessoas de natureza física ou jurídica que, através de suas ações, contribuem para o funcionamento do sistema econômico, tanto capitalista quanto socialista.

Os agentes econômicos são os seguintes:

empresas: são os agentes encarregados de produzir e comercializar bens e serviços. Como é realizada a produção? Através da combinação dos fatores produtivos adquiridos junto às famílias. As decisões da empresa são todas guiadas para o objetivo de conseguir o máximo de lucro e mais investimentos;

família: inclui todos os indivíduos e unidades familiares da economia e que, no papel de consumidores, adquirem os mais diversos tipos de bens e serviços, objetivando o atendimento de suas necessidades. Por outro lado, são as famílias os proprietários dos recursos produtivos e que fornecem às empresas os diversos fatores de produção, tais como: trabalho, terra, capital e capacidade empresarial. Recebem em troca, como pagamento, salários, aluguéis, juros e lucros, e é com essa renda que compram os bens e serviços produzidos pelas empresas. O que

sempre as famílias buscam é a maximização da satisfação de suas necessidades; e **governo (nas três esferas)**: inclui todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle do Estado, nas suas esferas federais, estaduais ou municipais. Vez por outra, o governo atua no sistema econômico, produzindo bens e serviços, através, por exemplo, da Petrobrás, das Empresas de Correios, etc.

Saiba mais...

Sobre o **sistema capitalista** em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_capitalista Sobre o **socialismo** em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo>

RESUMO

A compreensão do nosso sistema econômico e o sentido de economia como “administração da casa” deram o tom desta Unidade. Além disso, os princípios que norteiam as decisões e os agentes econômicos encarregados do funcionamento da organização econômica foram objeto de reflexão e aprendizagem.

Atividades de aprendizagem

1. Liste e explique sucintamente os quatro princípios da tomada de decisão. Depois, observe as reais situações de seu cotidiano e veja se são aplicados a elas os quatro princípios.
2. Propomos que você verifique como anda o comércio na sua região. Há muitas especialidades? Como isso impacta, ou seja, como isto reflete na economia, e no ritmo de desenvolvimento da sua cidade e região?
3. Após ter lido sobre produtividade, como você poderia explicar por que o comércio entre países pode melhorar a vida das pessoas?
4. Explique como você entende o ditado dos economistas que diz que “não existe almoço grátis”.
5. Liste os bens e serviços livres e econômicos existentes no seu município. O que você achou dessa lista?
6. Liste os principais bens de capital e de consumo existentes no seu município.
7. Os bens públicos foram considerados como não disputáveis e não exclusivos. Explique cada um desses termos e mostre de que maneira o bem público é diferente de um bem privado.
8. Como você poderia associar a presença de bens de consumo e de capital disponíveis no seu município com o ritmo de desenvolvimento observado nos últimos anos na região? Quais as suas sugestões para melhorar esse quadro?

2 Valor

A discussão do valor é um dos temas de maior relevância na Economia.

No entanto, os manuais de Economia dificilmente trazem uma unidade especial destinada a debater a sua origem, estruturação e desenvolvimento, e quando trazem, quase sempre o fazem de forma muito pouco crítica, ampliada e desatrelada da formação sistêmica vigente.

Para abordarmos o valor, inicialmente, procuraremos apresentar as concepções desenvolvidas sobre como se formam os preços das **mercadorias***, melhor dizendo, o que faz com que os produtos tenham preços. E, também, por que estamos dispostos a pagar um determinado preço por um produto quando poderíamos pagar um outro preço muito menor por ele. Na formação dos valores, os preços organizam-se de forma relativa.

GLOSSÁRIO

*Mercadoria - qualquer produto ou serviço produzido para venda ou troca por outra coisa num sistema de mercado. Fonte: Lacombe (2004).

Diversos computadores da marca X equivalem a um carro da marca Y. Na realidade, os preços relativos das mercadorias acabam alertando os consumidores, que obedecem à renda disponível, tendo, por isso, restrição orçamentária, em uma economia na qual os salários e os juros também são preços. Recordemos a situação dos juros exorbitantes que pagamos para adquirir uma determinada mercadoria a prazo na economia brasileira. Esses juros, no fundo, agem como barreira para frear o consumo e, portanto, adquirem a forma de preços. As escolas do pensamento econômico desenvolveram inúmeros estudos com a intenção de entender o valor. Inicialmente, gostaríamos que você ficasse com a idéia de que o valor se refere ao preço de uma determinada mercadoria em relação a uma outra. Se, por exemplo, um carro custa R\$ 30.000,00, e um computador, R\$ 3.000,00, podemos com certeza afirmar que um carro equivale a dez computadores.

Mas, então, o que pretende explicar a Teoria do Valor?

No nosso entendimento, a Teoria do Valor possibilita a compreensão do motivo que leva um carro a custar o equivalente a dez computadores, e não o equivalente a cinco, ou mesmo a um, e facilita a troca no mercado, tendo em vista que os produtos, na sua maior parte, são produzidos para serem comercializados (valor-de-troca). Na Economia, entender os preços relativos auxilia e muito a compreensão da apropriação da renda e da situação entre economias desenvolvidas e em processo de desenvolvimento. Com o estudo centrado na Economia Política, visualiza-se melhor a situação do trabalho, da acumulação do capital, do lucro, da distribuição da riqueza, da industrialização, do setor agroindustrial, do comércio, das famílias, do governo, etc. Embora o propósito desta Unidade não seja a de estudar Economia Política, muitos dos focos terão o uso das suas ferramentas para melhor ilustrar as mais variadas situações.

Em quantas teorias se divide a Teoria do Valor?

A Teoria do Valor divide-se em duas teorias:

Teoria do Valor-Trabalho: explica a formação do valor de uma mercadoria pela quantidade de trabalho inserida no seu processo de produção e enfoca os custos presentes;

e **Teoria do Valor-Utilidade:** explica a produção e o consumo pela capacidade de satisfação que provoca em ambos. Na Teoria do Valor-Utilidade, o ponto de equilíbrio nos mostra o lugar onde tanto produtores quanto consumidores se encontram satisfeitos.

Note que o termo “mercadoria” tem uma conotação provocativa e não esconde o objetivo da conquista do maior lucro possível. As leis de produção, reprodução e distribuição das mercadorias na Economia Política auxiliam-nos no entendimento mais profundo da sua engrenagem. É significativo frisar que nem toda mercadoria produzida vai para o mercado, e quando uma mercadoria é útil, mas não é comercializada

no mercado, dizemos que ela possui apenas valor-de-uso. Uma mercadoria somente possui valor-de-troca quando entra no mercado para ser comercializada. Portanto, uma mercadoria com valor-de-troca contém diferentes valores-de-uso, sendo medida por um parâmetro comum que é o trabalho.

Assim, independente da posição ideológica assumida, é necessário que você conheça a Teoria do Valor-Trabalho e a Teoria do Valor-Utilidade para poder compreender o funcionamento orgânico do sistema econômico na sua plenitude. São as características dos mercados que nos fornecem os detalhes de como os preços acabam sendo formados. Entender a relação de funcionamento entre preços e custos ajuda-nos na compreensão da formação do lucro e no entendimento das crises, que são dificuldades originadas em função do decréscimo da taxa de lucro nas economias.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, que merece um estudo mais aprofundado, cabe observar que a crise pode se estabelecer pela superprodução ou pela estagnação. Quando ocorre superprodução, os produtos acabam sobrando nas prateleiras, pois a renda existente no mercado não consegue absorver tão rapidamente o aumento da produtividade trazido pela tecnologia, e quando ocorre estagnação, o mercado

já utilizou toda a capacidade instalada e não tem condições de atender à crescente demanda do mercado.

As principais contribuições para a fundamentação da Teoria do Valor

O uso da Teoria do Valor se alterou ao longo do desenvolvimento da Economia, assumindo as feições de cada época, sem deixar, entretanto, de adquirir uma compreensão cada vez mais aprofundada da questão. No período medieval, por exemplo, o valor era estático, e o preço vinculava-se ao que a moral considerava justo. Apenas quando o mercado se ampliou, no mercantilismo, é que o preço justo passou a coincidir com o preço do mercado competitivo e acabou sendo considerado moralmente correto, com o aval da Igreja. O lucro nessas transações começou a ser aceito e considerado normal. Mesmo antes do surgimento da Escola Clássica, havia indícios de a questão do valor estar relacionada à renda e ao lucro.

No entanto, naquela época, lucros exorbitantes, como referido anteriormente, não eram aceitos.

Como a explicação adquiriu um rumo mais coeso?

Apesar dessas reflexões sobre valor, foi com Adam Smith (1981) que a explicação adquiriu um rumo mais coeso em direção à inserção do trabalho na fundamentação, afastando-se um pouco da concepção de utilidade e escassez, sem, no fundo, negá-la. Concebia-se e ainda permanece sendo muito aceita a questão do valor ligada à escassez dos produtos, que tem hoje no diamante a sua melhor explicação. A água, que era considerada um produto abundante, nos dias atuais, devido à degradação ambiental, começou a se tornar escassa e tende, em breve, a se tornar um produto dos mais procurados, inclusive mais até que o diamante, pois se trata de produto essencial, e não supérfluo.

Entretanto, com relação ao que postula Smith, é prudente observar que a Teoria do Valor formulada pelo estudioso da Economia Clássica se respalda na Teoria da Mão Invisível.

Você já ouviu falar na Teoria da Mão Invisível?

Segundo esta teoria, o próprio mercado seria o maior encarregado pelo permanente restabelecimento do equilíbrio, ajustando a demanda e a oferta num ponto ótimo, tido como preço natural (ponto de satisfação dos demandantes e dos ofertantes aptos e dispostos a participar).

Num mercado de competição perfeita, explicava Adam Smith, quando a demanda excedia à oferta, a competição entre os demandantes se acirrava (situação decorrente de guerras, calamidades, etc.), e, quando a oferta excedia à demanda, a competição entre os ofertantes é que se acirrava (desenvolvimento tecnológico, produção ampliada, etc.).

Cabe observar que, como os preços são expressos em moeda e cada moeda varia de país para país, Adam Smith distinguiu o preço real do preço nominal, ao considerar o primeiro como possuidor sempre do mesmo valor, e o segundo como aquele que varia, originando dessa formulação a concepção da necessidade da instituição de uma moeda estável.

Nesse contexto da análise, observa Adam Smith que o trabalho se constituiu na medida de valor aceita universalmente e que mais se aproxima da exatidão dos custos, sendo considerado, portanto, um dos melhores comparativos para quando se quer conhecer o valor de um determinado produto. Por exemplo, converter o preço de um produto vendido em réis, na segunda metade do século XIX, para o real de hoje se tornaria uma tarefa quase impossível, devido à existência de outras moedas pelo caminho.

Mas uma forma de conhecer o seu valor nos preços de hoje seria verificar quantas sacas de café se compravam com X valor em réis e, ao obter-se o número de sacas, verifica-se quanto esse número de sacas corresponde em reais. Pode não ser um valor tão exato, mas é o possível e o que mais se aproxima do corrente. A descoberta disso foi muito importante para a Economia.

Em resumo, podemos afirmar que, nos estudos de Adam Smith, toda formulação buscou a liberdade do mercado, independente da interferência governamental, e contou com a divisão do trabalho no aumento da produtividade, através do clássico exemplo da fábrica de alfinetes, que mostrou, pela primeira vez a importância de as

tarefas serem divididas, em busca, tudo isso, do entendimento do que é que leva à riqueza das nações.

Um outro estudo foi realizado para compreender a Teoria do Valor. Você saberia dizer qual?

A concepção de valor para Ricardo (1985) passou a ser discutida a partir de um problema não levantado por Adam Smith: o modo como as mudanças relativas das quantidades de terra, de trabalho e de capital eram incorporadas no processo de acumulação e no processo de crescimento do produto.

***David Ricardo** (1772-1823) - é considerado um dos principais representantes da Economia Política Clássica. Dedicou-se a escrever um tratado teórico geral sobre a Economia, os *Princípios*, publicado em 1817. Mas sua grande obra-prima, sem dúvida, foi *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicado em 1817. Fonte: Wikipédia (2007).

A Teoria da Renda da Terra de Ricardo parte para a discussão de como ficou a situação com o crescimento da população e a incorporação das outras terras até então em desuso. Nessa formulação, o valor depende da fertilidade da nova terra incorporada ao cultivo, sendo necessário o aumento do preço para cobrir os custos da terra menos produtiva. Assim, no valor produtivo retirado da terra de menor qualidade, a renda determina o preço, e não o contrário. Em outras palavras, o produto (no caso, o trigo) não se torna elevado por causa do pagamento da renda, e sim pelo motivo de o produto ter preço elevado é que se paga uma renda. Para Ricardo (1985), todas as classes, com exceção da dos proprietários de terras, eram prejudicadas pelo aumento do preço do produto. A incorporação das terras menos férteis ao processo de produção, devido ao aumento da população, e a necessidade de ampliação da quantidade produzida faziam com que os salários, segundo o autor, tendessem a crescer e, com isso, os lucros despencassem, chegando ao ponto de ocasionar a presença do que chamou de **Estado Estacionário***, se nada fosse feito. E, para resolver o impasse, adotou a criação do Salário de Subsistência, necessário apenas para a garantia das próprias necessidades, pois, se o salário aumentasse muito, após o pagamento da renda da terra, cada vez uma menor quantidade de lucro sobraria para o produtor.

GLOSSÁRIO

*Estado Estacionário - é quando o investimento se iguala à depreciação. Nesse estágio, aumentos do capital reduzem o consumo. Por depreciação, devemos entender o custo decorrente do desgaste ou da obsolescência dos ativos imobilizados da organização. Fonte: Wikipédia (2007).

Ricardo (1985) alertou que o preço a ser pago pelo trabalho incorporado na produção de um determinado produto acabava se dirigindo a um valor de subsistência, por ser determinado pela oferta, de forma independente da demanda. A Teoria do Custo está bastante presente na formulação ricardiana, e a questão do trabalho destaca-se de forma fundamental, por explicar o valor a partir dos salários e dos lucros. Para Ricardo (1985), a quantidade de trabalho incorporada no processo e a duração do capital interferiam na variação das trocas. Em sua teoria, chegou-se a medir o valor relativo de uma mercadoria em relação à quantidade de trabalho-horas empregado. Enquanto Adam Smith se preocupou mais com o crescimento, Ricardo investigou a distribuição, construindo uma Teoria do Valor Relativa, dependente do trabalho incorporado, mas frágil na operacionalização por não ter

avançado na parte monetária, ao supor tudo constante. Contudo, na Economia Internacional, a Teoria das Vantagens Comparativas entre países, até os dias atuais, tem sido objeto de apreciação. A **Teoria das Vantagens Comparativas*** tornou-se o carro-chefe das teorias para quem quer entender, no comércio internacional, as oportunidades de se produzirem determinados tipos de produtos a serem colocados na pauta de comercialização.

O exemplo utilizado por Ricardo foi o caso da Inglaterra, que produzia tecido e trocava com Portugal, que produzia vinho. Na concepção de Ricardo, cada país, ao se especializar naquilo que fazia melhor, adquiria vantagens nas trocas, possibilitando melhores resultados para sua economia.

Como se deu a relação da Teoria Marxista com a Teoria do Valor? Qual o legado de Marx para a Ciência Econômica?

*Teoria das Vantagens Comparativas - princípio que explica o motivo pelo qual os países comercializam entre si. Sugere que cada país deve se especializar na produção daquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente, exportando-a. Por outro lado, esse mesmo país deve importar aqueles bens cuja produção implicar um custo relativamente maior (ou que tenha sua produção relativamente menos eficiente). Fonte: Wikipédia (2007).

A Teoria do Valor Marxista, formulada por Karl Marx (1985), constituiu-se numa teoria que levava em conta a importância do valor e do crescimento para o entendimento do funcionamento da economia.

Para saber mais

***Karl Heinrich Marx** (1818-1883) - foi um intelectual alemão considerado um dos fundadores da Sociologia. Também podemos encontrar a influência de Marx em várias outras áreas, tais como: Filosofia, Economia, História, entre outras. Teve participação como intelectual e como revolucionário no movimento operário, e ambos (Marx e o movimento operário) influenciaram uns aos outros durante o período em que o autor viveu. Fonte: Wikipédia (2007).

Marx perseguiu as formulações de Ricardo, tendo dedicado especial atenção à Teoria do Valor incorporado ao trabalho e à Teoria da Taxa de decréscimo do lucro. Embora influenciado por Ricardo, os estudos de Marx ampliaram o leque das interpretações sobre o valor e propiciaram uma compreensão diferente para o funcionamento do sistema econômico, de forma essencialmente orgânica. Marx tinha grande conhecimento de Filosofia, História e Direito, e fundamentou os estudos realizados em pesquisas **empíricas***. Ao dedicar-se ao estudo da Economia Política, Marx enveredou-se para a discussão do processo de produção como o determinante do funcionamento da economia.

GLOSSÁRIO

*Empirismo - doutrina que se baseia exclusivamente na experiência como única fonte de conhecimento. Fonte: Priberam (2007).

*Força de trabalho - o número total de trabalhadores de um país ou uma região, incluindo os empregados e os desempregados à procura de emprego. Em inglês: *working force*. Fonte: Lacombe (2004).

A diferença entre Ricardo e Marx, nas formulações teóricas, reside na sua forma dinâmica de abordar o funcionamento econômico e por querer conhecer, desde sua

origem, a forma da distribuição do produto. Marx fez duras críticas à Economia Política Clássica e evocou uma análise sobre a Economia em profundidade e de longo prazo. A relação trabalho-capital foi totalmente esmiuçada por Marx, separando os produtores (donos dos meios de produção) dos trabalhadores (vendedores da **força de trabalho***). Há que se registrar que Marx buscou compreender a situação da distribuição na economia e trouxe de volta a idéia dos conflitos entre produtores e trabalhadores, levantados anteriormente pelos estudiosos do socialismo utópico. Na Teoria do Valor-Trabalho, Marx construiu a Teoria da Mais-Valia e recompôs o modo como os lucros se formavam numa sociedade formada por produtores e trabalhadores, para demonstrar detalhadamente os conflitos existentes entre capital e trabalho. Na concepção de Marx, era através do trabalho incorporado na mercadoria que a medida do valor se instituíria, ou seja, em qualquer produto produzido, o trabalho incorporado é que criava valor.

A força de trabalho, num mercado como o que foi analisado por Marx, também se transforma em mercadoria e passa a ser vendida por um valor que cobre apenas a sua subsistência. Na análise de Marx, a diferença entre o trabalho realizado e o que era pago ao trabalhador é o que ficou conhecido como **mais-valia*** e que explicaremos mais à frente, através do esquema de reprodução do capital.

Na Teoria Marxista, o valor encontra-se presente na produção, na distribuição e na troca. O conceito de exército industrial de reserva, criado por Marx, destacava que os trabalhadores que ficavam de fora do sistema acabavam fazendo com que os salários permanecessem baixos, pois a qualquer hora, caso alguns trabalhadores se sentissem insatisfeitos, poderiam ser substituídos por outros novos trabalhadores a perder de vista.

GLOSSÁRIO

*Mais-valia - é o nome dado por Karl Marx à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que seria a base da exploração no sistema capitalista. Fonte: Wikipédia (2007).

Marx explicou detalhadamente a relação entre o capital e a produção, ressaltando os custos. Ele qualificou de trabalho direto aquele despendido diretamente pelo trabalhador para produzir uma determinada mercadoria e o denominou de capital variável (v). Com relação às máquinas e aos instrumentos utilizados na produção, denominou de capital constante (c), e o lucro, a parte que fica com o produtor, e que é apropriada do trabalho realizado, de mais-valia (m). Na concepção marxista, o valor-de-troca pode ser traduzido em **c+v+m**, e o valor refere-se aos trabalhos direto e indireto, socialmente utilizado na produção, enquanto a moeda faz a equivalência dos valores, e a mercadoria traduz a equivalência relativa. Um carro de uma determinada marca, referido inicialmente, que custa R\$ 30.000,00, refere-se ao Valor Relativo, e a moeda, ao Valor Geral. Deduzimos, então, a partir da fundamentação marxista, que o valor exerce influência determinante sobre o preço. Prossequindo com Marx, para o entendimento da formação orgânica do nosso sistema de produção, basta dividir o capital constante pelo capital variável, que se encontra a composição orgânica do capital.

Já a taxa de lucro (L), para ele, descreve a relação entre a maisvalia (m) e a compra de máquinas e matérias-primas (v): **L = m/c+v**.

A lei de tendência ao decréscimo da taxa de lucro, que explica o funcionamento contraditório do processo de produção, ora em crise pela superprodução, ora pela estagnação, buscou mostrar o funcionamento do capital diante da tendência ilimitada do desenvolvimento das suas forças produtivas, aqui entendidas como meio de produção e força de trabalho utilizados para produzir mercadorias.

No esquema desenvolvido, o capital-dinheiro acumulado, ao invés de dirigir-se diretamente para o setor comercial, passa a ser aplicado na esfera da produção. Então, o esquema simples de produção:

Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro' passou a ocorrer da seguinte forma:

Dinheiro – Mercadoria (Matéria-Prima e Força de Trabalho) –

Produção – Dinheiro'

O esquema apresentado demonstra que o produtor pega o seu dinheiro e o transforma em capital, comprando máquinas, matérias primas e força de trabalho para produzir mercadorias, vendidas por um preço mais elevado em relação ao dinheiro inicial. Logo, a diferença entre D' e D é o que passou a ser chamado de mais-valia e tem origem no processo de produção.

Embora haja muito mais para falar de Marx, acreditamos ter abordado o essencial e esperamos ter despertado em você a satisfação de conhecer ainda mais o sistema por dentro. Como ficou a Teoria Neoclássica com relação à Teoria do Valor?

A Teoria Neoclássica, na tentativa de auxiliar o desenvolvimento da economia e sem pretensões de construir uma Teoria do Valor, se contrapôs ao estudo de Ricardo e apresentou a formulação que ficou conhecida como marginalista, dependendo o valor de um determinado produto, não tanto da quantidade de trabalho nele introduzida, mas da sua utilidade. Nesse contexto, houve estudos que, embora fossem marginalistas, não descartavam por completo o trabalho incorporado, levando em conta os dois fatores.

Quem se destacou nesta parte foi Alfred Marshall, ao observar que a oferta e a demanda entravam na discussão de forma interdependente, ou seja, a demanda amparada na concepção da **utilidade marginal***

e a produção amparada na concepção da produtividade marginal.

GLOSSÁRIO

*Utilidade marginal – utilidade ou grau de satisfação proporcionada pela última unidade obtida pelo possuidor de determinado tipo de bem. Fonte: Lacombe (2004)

Embora a análise de Marshall tenha sido a do equilíbrio parcial em contraposição à de Walras, que buscou o equilíbrio geral, sua concepção levou em conta o tempo e, com isso, possibilitou uma situação mais apropriada para a construção do preço, por estar mais próxima da realidade. Era o começo da análise **microeconômica**, que dava as suas fortes contribuições, em contraposição à análise macroeconômica dos clássicos. Foi o período em que o comportamento tanto dos consumidores quanto dos produtores passou a ser analisado a partir das análises de custo marginal e da utilidade.

A Microeconomia estuda o comportamento econômico individual de consumidores, firmas e indústrias, bem como a distribuição da produção e do rendimento (renda) entre eles. Os consumidores são considerados como fornecedores de trabalho e capital, e demandantes de produtos finais. As firmas são consideradas demandantes de trabalhos e fornecedoras de produtos finais ou intermediários (a serem usados por outras firmas ou agentes produtores).

Com todo esse aparato que levava em conta as mais diversas situações, Marshall construiu uma Teoria da Distribuição, segundo a qual a distribuição de renda ocorreria por conta do próprio mercado de concorrência. Cabe ressaltar que os neoclássicos se recusaram a enfrentar o problema do valor por dentro, no intuito de investigar mais profundamente as causas determinantes das situações em andamento, e acreditaram ser a economia uma área que se movimentava de forma bastante independente. Contudo, alguns estudiosos, seguidores de Marshall, desenvolveram novas teorias, levando em conta as imperfeições do mercado, como Pigou e Joan Robinson, em busca da formulação de uma Teoria do Bem-Estar. Sem dúvida, Marshall, na Teoria Neoclássica, teve os seus méritos e muito contribuiu para o entendimento da realidade dos empresários e dos consumidores, apesar de não ter se constituído numa teoria do valor.

***Joan Violet Robinson** (1903-1983)- professora na Inglaterra, lugar onde nasceu e veio a falecer. Pertenceu à famosa tertúlia dos keynesianos, o Circus de Cambridge. A denominada “Revolução Keynesiana” pode também ser considerada como obra sua, não só pela sua participação nas discussões do *Tratado da Moeda* de Keynes, mas igualmente pelos seus livros *Ensaio sobre a Teoria do Emprego* e *Introdução à Teoria do Emprego*. Fonte: Wikipédia (2007).

Uma conversa resumida bem ao pé do ouvido

A Teoria do Valor-Trabalho mostra todos os custos no processo de produção de uma determinada mercadoria. Levanta desde as matérias-primas, as instalações, as máquinas (capital constante) e a força de trabalho (capital variável) empregada na produção de uma determinada mercadoria. Como todos se utilizam do trabalho, este passa a ser o componente principal para a formulação do valor. O tempo do trabalho socialmente empregado para produzir alguma mercadoria acaba sendo levado em conta. Portanto, é do trabalho despendido que se origina o valor da mercadoria. Logo, a Teoria do Valor-Trabalho explica a formação do trabalho social na Economia e permite compreender o funcionamento da economia no mundo (em termos macroeconômicos).

A Teoria do Valor-Utilidade procura explicar a formação do valor a partir da utilidade. Quando desejamos ou necessitamos muito comprar algum produto, normalmente estamos dispostos a pagar o preço que nos pedem, não nos importando com o valor a ser gasto. Realizada a satisfação, um segundo produto não terá mais a mesma importância, bem como um terceiro, um quarto, etc. Logo, segundo a Teoria do Valor-Utilidade, os produtos dependem muito da satisfação, e a curva que representa a situação descrita tem, por isso, um formato decrescente. O grau maior de satisfação na Teoria da Utilidade se dá no ponto de intersecção entre a curva da oferta e a curva da demanda, e ficou conhecido como ponto de equilíbrio. A **curva de indiferença*** é que traz a representação gráfica das opções de cestas para o consumo indiferente do consumidor (mesma satisfação). Na realidade, através da curva de indiferença, os consumidores demonstram a sua opção num determinado momento, respeitando a satisfação. É um debate dos mais interessantes, pelo fato de entrar no mundo subjetivo e objetivo (restrição orçamentária) do consumidor.

GLOSSÁRIO

*Curva de indiferença – linha num gráfico cartesiano mostrando os pontos que representam igual satisfação do consumidor em relação às quantidades consumidas de dois bens diferentes. Fonte: Lacombe (2004).

A Teoria do Valor-Utilidade está repleta de imperfeições, pois as empresas mais fortes interferem no mercado, e as decisões dos compradores nem sempre são tão soberanas, uma vez que acabam sofrendo a interferência da propaganda. Nem a presença do governo nem a interferência de empresas são requisitadas. É o liberalismo em plena ação, buscando atender satisfatoriamente tanto os produtores quanto os consumidores.

Portanto, das Teorias do Valor, se você nos perguntasse qual delas recomendaríamos, sem titubear, diríamos para ter atenção para com as duas formulações. Desde Adam Smith, a Economia vem lutando em busca da compreensão do valor e do desenvolvimento. Contudo, somente na atualidade passamos a ser um pouco mais conscientes do nosso papel no processo econômico. Se nem tudo ocorreu de acordo com as previsões dos teóricos, não deve ser este um motivo para deixarmos de estudá-los, afinal estudamos Economia, e não **Futurologia***.

GLOSSÁRIO

*Futurologia – conjunto de pesquisas prospectivas que têm por objeto a evolução da humanidade nos seus aspectos científico, econômico, social, etc. Fonte: Priberam (2007).

Saiba mais...

Sobre a **Teoria das Vantagens Comparativas**: http://pt.wikipedia.org/wiki/Vantagens_comparativas Sobre as contribuições teóricas de Alfred Marshal, consulte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred_marshall

RESUMO

Das contribuições sobre a Teoria do Valor, apresentamos as formulações de **Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Alfred Marshall, León Walras, Arthur Cecil Pigou e Joan Robinson**. Esperamos que, após realizada a leitura, você tenha conseguido adquirir uma noção consistente da Teoria do Valor-Trabalho, da Teoria do Valor-Utilidade, da formação do lucro e da origem das crises na economia mundial.

Atividades de aprendizagem

1. Por que é importante a concepção de valor na sua formação de administrador?
2. Explique a Teoria do Valor-Utilidade e destaque os entraves que inviabilizam o seu funcionamento completo.
3. Qual a contribuição de Marx para o fortalecimento da Teoria do Valor-Trabalho?
4. Destaque a contribuição de Adam Smith e de David Ricardo para a compreensão da Teoria do Valor.

5. Dos neoclássicos, quem você destacaria como a mais interessante contribuição para o entendimento da Economia?
6. Destaque e explicita algumas formulações marxistas, tais como capital constante, capital variável, mais-valia, taxa de lucro e exército de reserva.
7. Explique por que o lucro está no centro de tudo numa economia capitalista.

3 Mensuração da Atividade Econômica

De maneira geral, as pessoas pensam e falam de economia em boa parte de seu tempo. A economia consiste em milhões de pessoas envolvidas em várias atividades como comprar, vender, trabalhar, contratar, fabricar, produzir, distribuir, alocar, etc. Diariamente, milhões de pessoas participam de milhares de trocas em centenas de lugares. Se ocorrem milhares de trocas, é sinal de que milhões de pessoas em algum lugar estão produzindo para milhões de pessoas. O objetivo da análise econômica é explicar o que faz com que a economia mundial e suas diversas partes funcionem do jeito que o fazem.

Veja que, quanto mais se apreende e se analisa a respeito das relações e do comportamento econômico moderno, mais capazes são as sociedades de direcionar suas energias para a produção de bens e serviços que venham a proporcionar maior nível de satisfação para toda a sociedade.

Para Thompson e Formby (1998), o desafio analítico da Economia é enorme e complexo, tendo-se em vista o conjunto de relações e interações que a cada minuto são feitas pelo mundo:

Considere que nos diversos países do mundo as pessoas estão tomando bilhões de decisões entre gastar seu dinheiro com as diferentes coisas de que necessitam e as que desejam.

Em toda parte, empresas de todos os tipos e portes estão decidindo a respeito de quanto e quais bens e serviços produzir e que tecnologias e recursos utilizar para ofertá-los. Todos os tipos de agências governamentais e instituições sem fins lucrativos estão coletando impostos e solicitando doações para fornecer bens e serviços ao público e a grupos especiais como os pobres, os idosos e os desempregados. (THOMPSON, JR.; FORMBY, 1998, p. 1)

É bom lembrar que o grande desafio da análise econômica, portanto, é dar um sentido, uma lógica a todas essas decisões e, por conseguinte, propiciar o entendimento das conseqüências no conjunto da economia. A abordagem utilizada pelos analistas para dar sentido a todo esse conjunto de comportamento econômico diário envolve alguns procedimentos como:

tentar descobrir por que os eventos econômicos ocorrem de uma determinada forma;

analisar fatos econômicos confiáveis para tentar estabelecer relações de causa e efeito mais ou menos plausíveis;

apresentar teorias econômicas formais; e, construir **modelos econômicos***. Sendo assim, para melhor entender e analisar o mundo econômico, os economistas procuram simplificar esse mundo real complexo

através do uso de modelos. Os economistas empregam modelos (simplificação da realidade) para descrever as relações econômicas. Para isso ocorrer com seriedade, os estudiosos fazem uso do método científico, apresentando suas teorias e seus modelos.

GLOSSÁRIO

*Modelo econômico – modelo que procura representar a realidade econômica de forma simplificada, mediante equações matemáticas, estudando as relações entre as variáveis mais significativas para a análise do fenômeno que está sendo pesquisado. Fonte: Lacombe (2004).

O método é fundamental para que o conhecimento seja alcançado, ou seja, o conhecimento requer esforço para ser alcançado. Então, o método é como se fosse um caminho que se deve percorrer quando se busca o conhecimento, embora ele, por si só, não garanta que se alcance a verdade.

Saiba mais...

Sobre a questão do método na Ciência Econômica, leia o livro **Métodos da Ciência Econômica**, organizado por Gentil Corazza. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003; e **Metodologia da Economia** de Mark Blaug. São Paulo: Editora da USP, 1993.

Enquanto você está lendo este material didático, deve estar pensando: “afinal, o que é esse tal de sistema econômico?”

Como funciona essa coisa?”.

Conforme chamam atenção os professores Hall e Lieberman (2003), neste momento, aparentemente íntimo, você está acoplado ao mundo real por caminhos nunca antes imaginados. Senão, vejamos:

para que você possa ler este material, os autores tiveram de escrevê-lo.

Você se sentiu motivado a lê-lo agora em função da oportunidade de fazer este curso. Para que este material pudesse chegar às suas mãos, muitas pessoas tiveram que ser incorporadas ao processo, tais como o pessoal da adaptação de linguagem, o revisor de português, o diagramador, a comissão editorial, o pessoal da gráfica, da embalagem e a turma da distribuição.

Veja que diversas pessoas participaram do processo de criação e distribuição deste material didático. Além das pessoas envolvidas, esteve também incorporada ao processo de produção deste material uma quantidade de papel e tinta, caixas, computadores, impressoras, transporte, carros, combustível, etc. Note que estamos falando de um conjunto de pessoas e materiais que estiveram envolvidos na produção do material que está agora em suas mãos, propiciando a você conhecer melhor como funciona o **sistema econômico***.

GLOSSÁRIO

*Sistema econômico – sistema de propriedade, de forma de decisão sobre a alocação dos recursos produtivos, de determinação de preços, e demais mecanismos que caracterizam o sistema produtivo de uma sociedade e a distribuição dos produtos pelos agentes econômicos. Fonte: Lacombe (2004).

Nesse mesmo caminho, podemos imaginar a cadeira em que você está sentado, agora, a sala de sua casa, o seu local de trabalho, etc. Observe que, apesar desse isolamento de momento em que você se encontra agora, ao estar folheando este

material, você está economicamente ligado a milhares de pessoas por centenas de caminhos que se comunicam através da produção, e da distribuição dos produtos e serviços ora consumidos por você.

A pergunta que podemos fazer no momento é: por que tantos bens e serviços que ora consumimos são produzidos por outros? Por que somos tão dependentes uns dos outros no que se refere ao bem estar material? Por que não vivemos como Robinson Crusóé em uma ilha onde nossas necessidades materiais fossem todas produzidas por nós mesmos? As respostas a todas essas indagações dizem respeito ao sistema econômico. Na maioria das vezes, nos apropriamos de coisas que o sistema econômico nos oferece, mas não damos a menor importância sobre como essas coisas chegaram até nós.

Saiba mais...

Assista ao filme *Robinson Crusóé (Las Aventuras de Robinson Crusoe*, México/EUA, 1952), 1h29. Drama. Direção de Luis Buñuel. Roteiro de Hugo Butler e Luis Buñuel, com base no romance de Daniel Defoe. Com Dan O'Herlihy, Jaime Fernández e Felipe de Alba.) O enredo se passa em 1659, quando o náufrago inglês Robinson Crusóé vai parar numa ilha tropical aparentemente deserta, na qual luta sozinho para prover sua subsistência até encontrar o nativo a quem batiza de Sexta-Feira. A versão do cineasta para o clássico de Daniel Defoe (publicado em 1719) acentua o tema da dominação colonial e da opressão religiosa.

Para pensar um pouco mais sobre esse tema, é chegada a hora de aprender como a economia serve a bilhões de pessoas, permitindo que sobrevivam e prosperem, apesar dos contratempos da vida atual, que penalizam milhares de pessoas. Não se esqueça que tudo isso se refere ao sistema econômico, sua forma de organizar, produzir e distribuir seus bens e serviços a todos os cidadãos.

A evolução dos sistemas econômicos

A evolução dos sistemas econômicos, nesses últimos dez mil anos, foi marcada por duas características norteadoras de todo o processo:

a especialização: sistema de produção segundo o qual cada indivíduo se concentra em um número limitado de atividades;

a troca: dar uma coisa por outra, substituir uma coisa por outra, permutar.

Através da especialização e da troca, as nações puderam dispor de maior produção, e os padrões de vida foram se elevando. Diante disso, todas as nações passaram a aumentar o grau de especializações e de trocas.

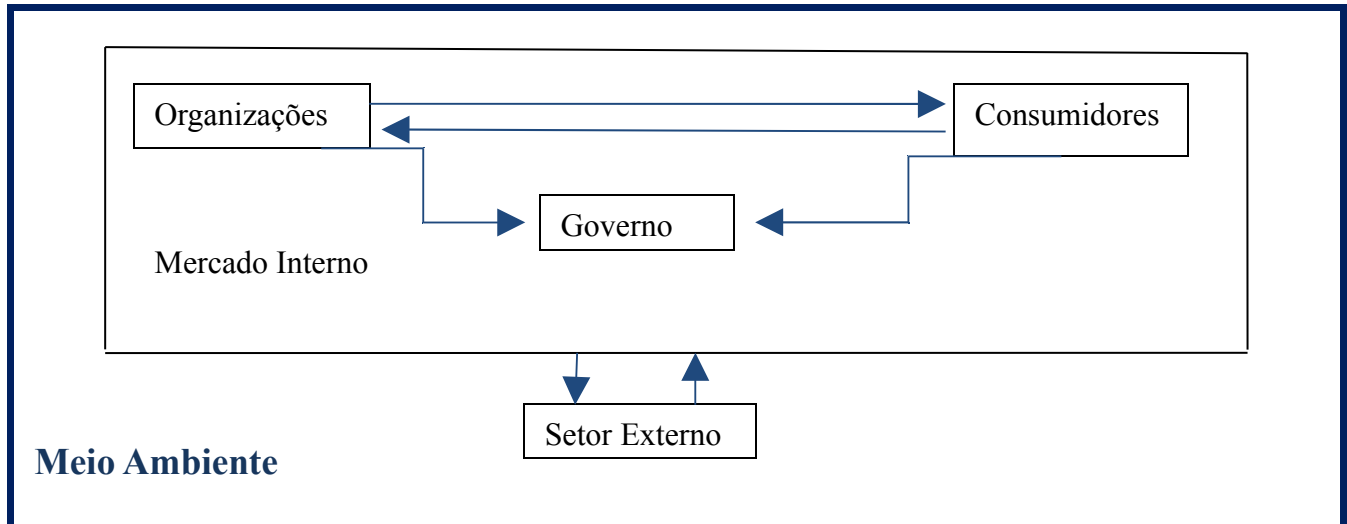
As razões pelas quais a especialização e a troca permitem o crescimento da produção podem ser observadas pela capacidade humana de aprender durante a vida. Isto significa que o ser humano possui a capacidade de aprender a fazer coisas durante a vida. Diante disso, a especialização torna-o mais hábil para fazer algumas poucas coisas, em vez de ser amador em várias. Uma outra razão que se justifica é pelo tempo necessário para mudar de uma atividade para outra. Segundo Hall e Liberman (2003, p. 34), “[...] quando as pessoas se especializam e, com isso, passam mais tempo realizando uma só tarefa, há menos perda de tempo decorrente da transição entre as tarefas”.

Percebe-se, com isso, uma alteração nos níveis de produtividade dessa economia, levando-a a um crescimento do nível de produção.

Não podemos nos esquecer do meio ambiente em nossas análises.

Uma forma simples de entender e visualizar como se organiza a economia, como seus participantes interagem uns com os outros, como compradores e consumidores se relacionam entre si e com o governo e, ainda, como a economia interna se relaciona com o setor externo, e assim por diante, se expressa através do diagrama do fluxo circular ampliado (Figura 1).

Figura 1: Diagrama do fluxo circular



O diagrama do fluxo circular evidencia visualmente as relações econômicas instituídas e facilita o entendimento no que diz respeito ao funcionamento da economia, utilizando as seguintes categorias: produtores (organizações), consumidores (famílias), governo e setor externo.

No diagrama do fluxo circular, observa-se a existência de relações entre os diversos agentes que compõem o mercado interno e também a relação desse mercado com o setor externo. Com a presença de

pessoas, empresas (grandes, médias, pequenas, formais e informais) e governos (municipal, estadual e federal), as relações estabelecidas dão sustentação ao mercado. Isto acontece em quase todos os lugares, e

uma relação direta e indireta com o meio ambiente acaba sendo processada.

Portanto, não dá para pensar em produção de bens e serviços sem considerar como elemento básico da análise a questão ambiental.

Diante do exposto, podemos dizer que a atual discussão sobre o tema meio ambiente e desenvolvimento econômico reflete a relação **dialética*** que se manifesta, por um lado, mediante o modelo de desenvolvimento adotado e os impactos provocados ao meio ambiente e, por outro, o que esses impactos ambientais podem provocar no modelo de desenvolvimento.

GLOSSÁRIO

*Dialética - a arte do diálogo, da contraposição e contradição de idéias que leva a outras idéias. Fonte: Wikipédia (2007).

Como mensurar as atividades econômicas?

É interessante que você saiba que, no sistema econômico, tudo pode e deve ser avaliado monetariamente, de modo que toda a produção de bens e serviços que uma economia produz pode ser transformada em valor, medido pelo dinheiro ou pela moeda. Quando as atividades econômicas de um país são mensuradas, a sociedade passa a ter mais clareza do seu processo de desenvolvimento econômico. Acompanhe como se desenvolvem o Fluxo Real e o Fluxo Monetário da economia, ilustrados nas Figuras 2 e 3, respectivamente.

Figura 2: Fluxo real da economia

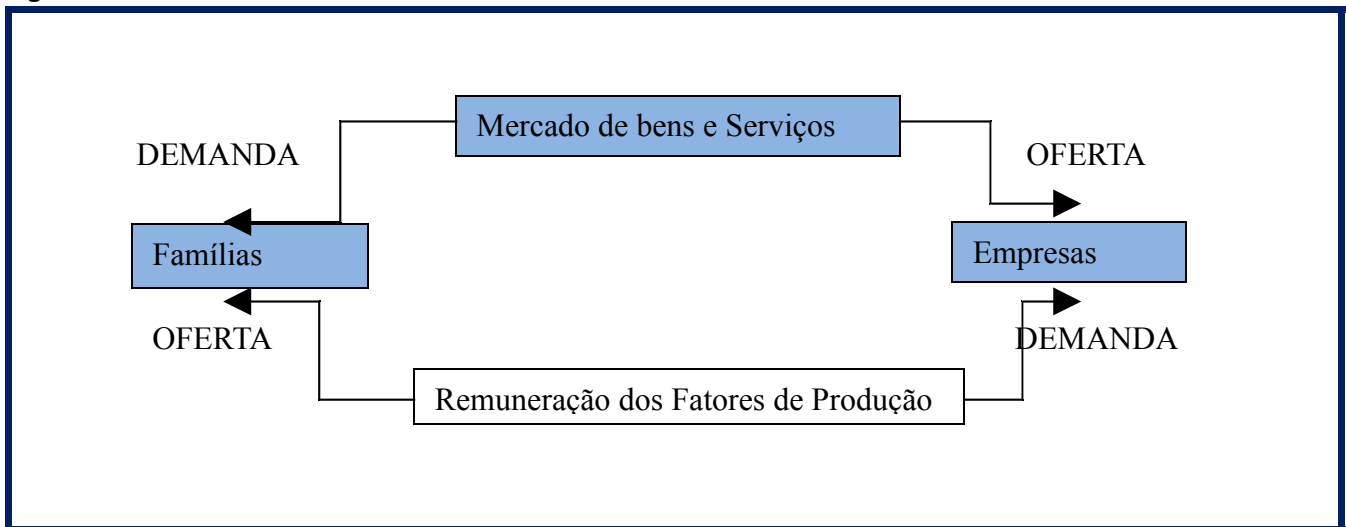
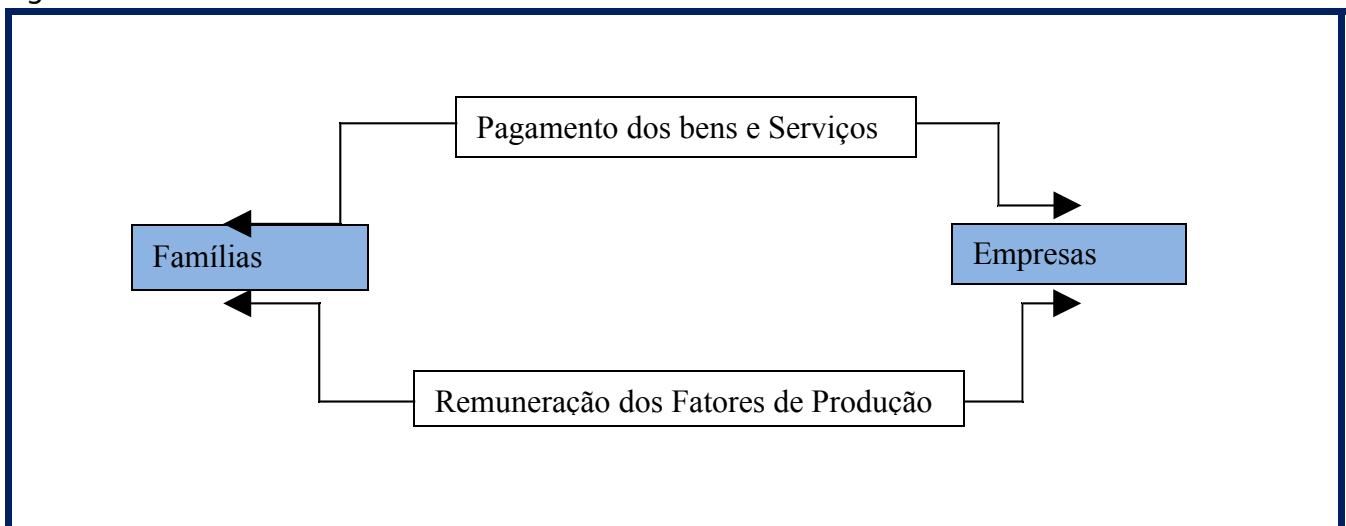


Figura 3: Fluxo monetário da economia



Enquanto o Fluxo Real procura evidenciar as relações de demanda e oferta existentes no mercado de bens e serviços, o Fluxo Monetário deixa claras a relação de pagamentos efetuados no mercado de bens e serviços, e a remuneração dos fatores de produção. Portanto, mensurar as atividades econômicas significa quantificar essas relações.

Podemos dizer que o sistema econômico pode ser entendido como o conjunto de relações técnicas, básicas e institucionais que caracterizam a organização econômica de uma sociedade. Independentemente do seu tipo, todo sistema econômico deve, de algum modo, desempenhar três funções básicas, determinando:

o que produzir e em que quantidade: deve-se escolher entre as possibilidades de produção de uma economia de modo a satisfazer o mais adequadamente a sociedade;

como produzir tais bens e serviços: toda sociedade deve determinar quem vai ser o responsável pela produção, qual a tecnologia a ser empregada, qual o tipo de organização da produção, etc.; e

para quem produzir, ou seja, quem será o consumidor:

devem ser definidos o público-alvo e as maneiras através das quais o produto deverá atingi-lo.

É importante perceber que essas três funções são básicas em Economia. É interessante saber, agora, como as sociedades resolvem os seus problemas econômicos fundamentais: o que e quanto, como e para quem produzir? A resposta depende da forma de organização econômica. Cada relação entre esses agentes caracteriza um mercado em particular. No campo da **Microeconomia***, podemos analisar o mercado de petróleo, de soja, de mão-de-obra para o setor financeiro, etc., enquanto, no campo da **Macroeconomia***, podemos estar atentos ao funcionamento do mercado de bens e serviços, mercado de trabalho como um todo, mercado financeiro e mercado cambial.

Uma questão importante, que surge na esfera do estudo econômico, diz respeito às distinções entre as preocupações macro e microeconômicas. Contudo, vale salientar que, embora, aparentemente díspares, no fundo, ambas tratam do mesmo objeto: o sistema econômico.

Como já vimos, a Microeconomia trata do comportamento das unidades econômicas, enquanto a Macroeconomia aborda o conjunto da economia. Para tanto, sempre são feitas abstrações.

GLOSSÁRIO

*Microeconomia - preocupa-se com a eficiência na alocação dos fatores de produção, as quantidades de bens e serviços ofertadas e demandadas, os preços absolutos e relativos dos bens e serviços, e a otimização dos recursos orçamentários de cada um dos agentes econômicos. Fonte: Lacombe (2004).

*Macroeconomia - estudo do comportamento da economia como um todo, isto é, dos fenômenos econômicos abrangentes, como o nível de preços, a inflação, o desemprego, a política monetária de um país, etc. Fonte: Lacombe (2004).

Observe você que, no mundo de hoje, entender de Economia e compreender como funcionam os mercados, em suas reais dimensões, problemas e implicações em termos de bem-estar social, econômico e político, auxilia bastante nas tomadas de decisões. O mercado possibilita enxergar outras variáveis (outras relações) que não se encontram apenas no campo da economia.

Existem duas formas principais de organização econômica:

Economia de Mercado (ou descentralizada, tipo capitalista); e
Economia Planificada (ou centralizada, tipo socialista).

Os países organizam-se dessas duas formas ou possuem algum sistema intermediário entre elas.

Funcionamento de uma Economia de Mercado

Podemos dizer que as Economias de Mercado podem ser analisadas por dois sistemas:

Sistema de Concorrência Pura (sem interferência do governo); e Sistema de Economia Mista (com interferência governamental).

Num sistema de concorrência pura ou perfeitamente competitivo, predomina o ***laissez-faire****: milhares de produtores e milhões de consumidores têm condições de resolver os problemas econômicos fundamentais (o que e quanto, como e para quem produzir), como que guiados por uma “mão invisível”. Isso sem a necessidade de intervenção do Estado na atividade econômica.

GLOSSÁRIO

**Laissez-faire* – é a contração da expressão em língua francesa *laissez faire, laissez aller, laissez passer*, que significa literalmente “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”. Fonte: Wikipédia (2007).

A Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, e encerrou a transição entre feudalismo e capitalismo.

No contexto discutido, podemos dizer que é a base da filosofia do liberalismo econômico, que advoga a soberania do mercado, sem a intervenção do Estado. Nesse modelo, o Estado deve responsabilizar-se mais com questões como justiça, paz, segurança, relações diplomáticas e deixar o mercado resolver as questões econômicas fundamentais.

As críticas mais freqüentes a esse tipo de sistema econômico são: trata-se de uma grande simplificação da realidade; os preços nem sempre flutuam livremente, ao sabor do mercado, em virtude de fatores como:

força dos sindicatos; poder dos monopólios e oligopólios; intervenções do governo via: impostos, subsídios, tarifas e preços públicos (água, energia, etc.); política salarial; congelamentos e tabelamentos de preços; e política cambial.

O mercado sozinho não promove perfeita alocação de recursos. Em países mais pobres, que querem se desenvolver, o Estado precisa prover a infra-estrutura básica, como estradas, telefonia, siderurgia, portos, usinas hidroelétricas, que exigem altos investimentos, com retornos apenas em longo prazo, afastando o setor privado.

Por pelo menos cem anos, do final do século XVIII, com a Revolução Industrial, ao final do século XIX, predominava um sistema de mercado muito próximo da concorrência pura. No século XX, quando se tornou mais presente a força dos sindicatos e dos monopólios e oligopólios, associada a outros fatores, como aumento da especulação financeira e desenvolvimento do comércio internacional, a economia tornou-se mais complexa.

Basicamente, a atuação do governo justifica-se com o objetivo de eliminar as chamadas distorções alocativas (isto é, na alocação de recursos) e distributivas, e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade. Isso pode se dar das seguintes formas: o mercado sozinho não promove perfeita distribuição de renda,

pois as empresas estão preocupadas em maximizar seu lucro, e não com questões distributivas; atuação sobre a formação de preços, via impostos, subsídios, tabelamentos, fixação de salário mínimo; fornecimento de serviços públicos; e complemento da iniciativa privada, etc.

Funcionamento de uma Economia Centralizada

No sistema de Economia Centralizada, a forma de resolver os problemas econômicos fundamentais é decidida por uma Agência ou Órgão Central de Planejamento, e não pelo mercado. Os preços são determinados pelo governo, que, normalmente, subsidia fortemente os bens essenciais e taxa os bens considerados supérfluos. Com relação ao lucro, uma parte vai para o governo, outra parte é usada para investimentos nas empresas, dentro das metas estabelecidas pelo próprio governo. A terceira parte é dividida entre os administradores e os trabalhadores, como prêmio pela eficiência. Se o governo considera que determinada indústria é vital para o país, esse setor será subsidiado, mesmo que apresente ineficiência na produção ou nos prejuízos

Mercado

Todos os dias, você ouve ou lê algo que trata sobre mercado. Basta abrir os jornais, assistir à televisão, visitar as ruas de sua cidade. Portanto, não é nada tão distante do seu dia-a-dia, pelo contrário, é algo que faz parte do seu cotidiano, de sua vida. Pindyck e Rubinfeld (2006) dividem as unidades econômicas em dois grandes grupos, de acordo com sua função, ou seja, a de compradores e a de vendedores. Os compradores abrangem os consumidores, aqueles que adquirem bens e serviços, e as empresas que adquirem mão-de-obra, capital e matérias-primas que utilizam para produzir bens e serviços.

Entre os vendedores, podemos listar as empresas que vendem bens e serviços, além dos trabalhadores que vendem seus serviços e os proprietários de recursos que arrendam terras e comercializam recursos minerais.

A interação de compradores e vendedores dá origem aos mercados. Em sentido geral, o termo mercado designa um grupo de compradores (lado da procura) e vendedores (lado da oferta) de bens, serviços ou recursos que estabelecem contato e realizam transações entre si. O lado dos compradores é constituído tanto de consumidores, que são compradores de bens e serviços, quanto de empresas, que são compradoras de recursos (trabalho, terra, capital e capacidade empresarial) utilizados na produção de bens e serviços. O lado dos vendedores é constituído pelas empresas, que vendem bens e serviços aos consumidores e pelos proprietários de recursos (trabalho, terra, capital e capacidade empresarial), que os vendem (ou arrendam) para as empresas em troca de remuneração (salários, aluguéis, lucros).

Nas economias modernas, a maioria das decisões sobre o que e quanto produzir, como produzir e para quem produzir são tomadas nos mercados. Para que possamos determinar quais os compradores e vendedores estão participando do mercado, devemos incorporar a idéia do que seja a extensão do mercado.

Por extensão de mercado, devemos entender os seus limites, tanto geográficos quanto em termos da variedade de produtos que nele são oferecidos. Porém,

percebemos que, em algumas situações, o mercado falha nessa tomada de decisões. Quando isso ocorre, é preciso que o Estado intervenha no sentido de ajustar o processo. Percebe-se que o mercado é, ao mesmo tempo, o meio mais simples e o mais complexo de alocação de recursos.

Que história é essa de meio mais simples e mais complexo de alocação de recursos? O que significa isso?

A necessidade da regulação torna-se premente em função da constatação de que os mercados, não funcionando a contento, provocarão um processo de ineficiência econômica. Isto significa que, mesmo em situações de livre mercado, há ocasiões em que o mercado não é capaz de fazer de maneira eficiente o processo de alocação e distribuição dos recursos. Portanto, nesta vertente teórica, a necessidade da regulação surge em função da existência de falhas do mercado. Assim, ao se falar em regulação, está-se imaginando formas de contornar essas falhas à luz do modo de produção capitalista, enquanto a desregulamentação significa deixar o mercado solto das amarras da regulação, pois, nestes casos, o mercado é mais eficiente.

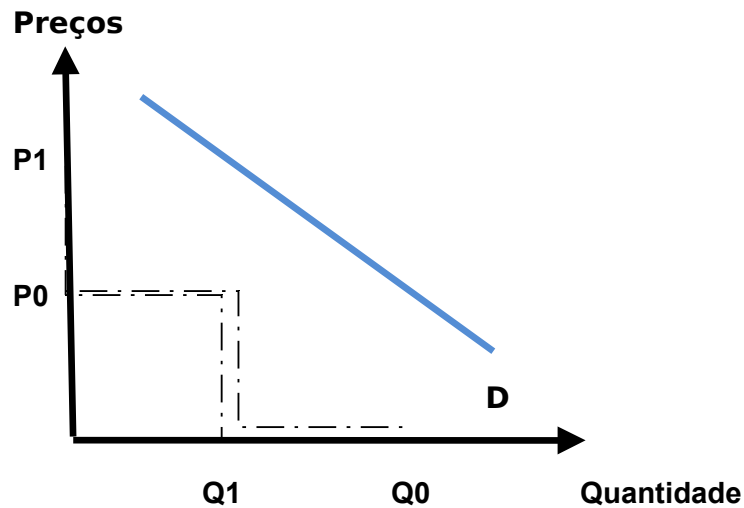
Você já ouviu falar das agências reguladoras no Brasil?

Muitas pessoas pensam que os significados dos termos **oferta** e **demanda** são sinônimos na Ciência Econômica. Quando debatem temas como saúde, transportes, pobreza, moradia, etc., costumam afirmar que tudo isso se refere apenas à questão de oferta e demanda. Outros, menos informados, costumam ainda usar e abusar dessa afirmação, tornando a oferta e a demanda uma espécie de lei inviolável sobre a qual nada pode ser feito e a partir da qual tudo pode ser explicado. Você precisa estar alerta para o fato de que tanto a oferta quanto a demanda fazem parte de um modelo econômico criado para explicar como os preços são determinados em um sistema de mercado. Observe que os preços determinam quais famílias ou regiões serão beneficiadas com determinados produtos e serviços, e quais empresas receberão determinados recursos.

Em se tratando de Microeconomia, os economistas recorrem ao conceito de demanda para descrever a quantidade de um bem ou serviço que uma família ou empresa decide comprar a um dado preço. Então, a quantidade demandada de um bem ou serviço refere-se à quantidade desse bem ou serviço que os compradores desejam e podem comprar. Observe, também, que várias questões podem afetar os consumidores na hora da compra, tais como renda, gosto, preço, etc. A Teoria da Demanda deriva de algumas hipóteses sobre a escolha do consumidor entre diversos bens e serviços que um determinado orçamento doméstico permite adquirir. Essa teoria procura explicar o processo de escolha do consumidor diante das diversas possibilidades existentes. Devido à certa limitação orçamentária, o consumidor procura distribuir a renda disponível entre os diversos bens e serviços, de maneira a alcançar a melhor combinação possível que possa lhe trazer o maior nível de satisfação. A demanda não representa a compra efetiva, mas a intenção de comprar por determinado preço. Ao analisarmos como funcionam os mercados, percebemos que o preço de um bem ou serviço exerce papel central. Na prática, a quantidade demandada de um bem ou serviço diminui quando o preço aumenta, e

aumenta quando o preço diminui. Logo, a quantidade demandada é negativamente relacionada ao preço, como pode ser observado na Figura 4:

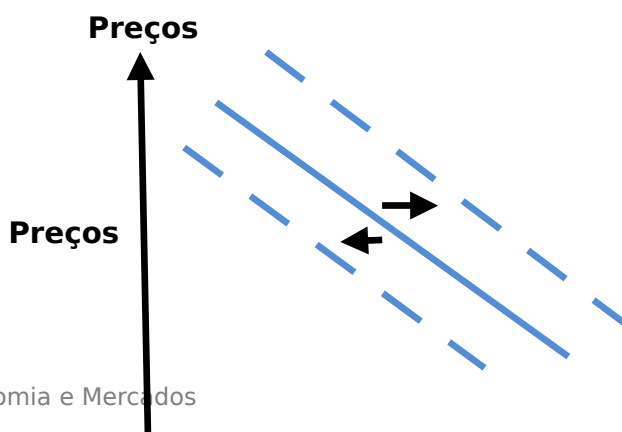
Figura 4: Curva de demanda

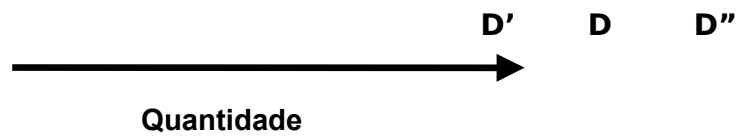


As variáveis que podem deslocar a curva da demanda como um todo são:
 riqueza (e sua distribuição);
 renda (e sua distribuição);
 fatores climáticos e sazonais;
 propaganda;
 hábitos; gostos e preferências dos consumidores;
 expectativas sobre o futuro; e facilidades de crédito (disponibilidade, taxa de juros, prazos).

Os deslocamentos da curva da demanda estão ilustrados na Figura 5:

Figura 5: Variações da curva da demanda



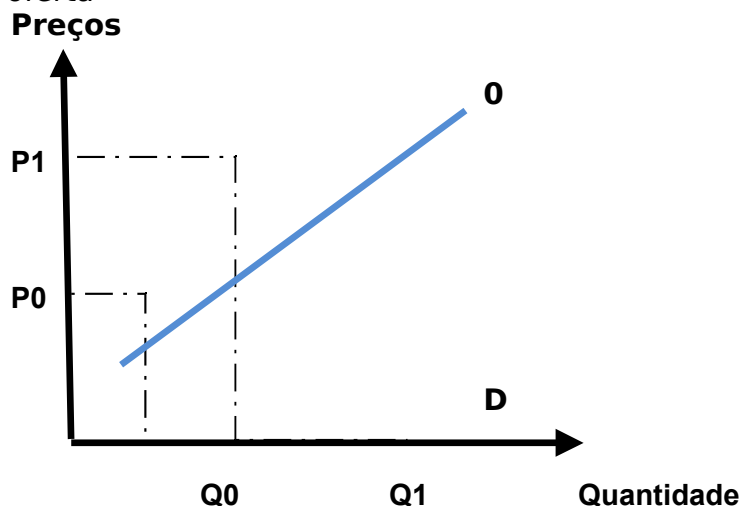


A Teoria da Oferta muda o foco da análise, pois o vendedor vai ao mercado com a meta de obter o maior lucro possível. O vendedor (uma empresa) depara-se com uma restrição importante: a produção de bens e serviços requer a utilização de recursos produtivos, e essa quantidade depende do padrão tecnológico utilizado pela firma. Observe que a tecnologia de produção nos diz o que a empresa pode fazer. Portanto, o padrão tecnológico acaba se tornando um fator restritivo para a empresa poder produzir, além dos preços dos outros **fatores de produção*** e do próprio preço praticado no mercado.

Podemos definir oferta como a quantidade de um bem ou serviço que os produtores (vendedores) desejam produzir (vender) por unidade de tempo. Nota-se que a oferta é um desejo, uma aspiração. Assim, a quantidade ofertada de um bem ou serviço refere-se à quantidade que os vendedores querem e podem vender. Dessa maneira, existe uma associação de comportamento dos preços com o nível de quantidade ofertada. A quantidade ofertada aumenta à medida que o preço aumenta e cai quando o preço se reduz. Logo, a quantidade ofertada está positivamente relacionada com o preço do bem e serviço, segundo pode ser verificado na Figura 6:

GLOSSÁRIO *Fatores de produção – todos os insumos usados para produzir bens e serviços: recursos naturais, informações, energia, capital, trabalho, capacidade empresarial, etc. Fonte: Lacombe (2004).

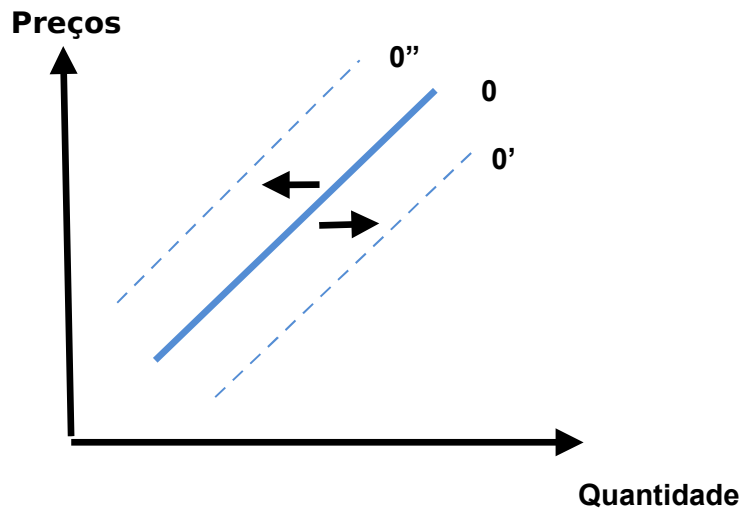
Figura 6: Curva de oferta



As variáveis que podem deslocar a curva da oferta como um todo são:
 disponibilidade de insumo;
 tecnologia;
 expectativa; e
 número de vendedores.

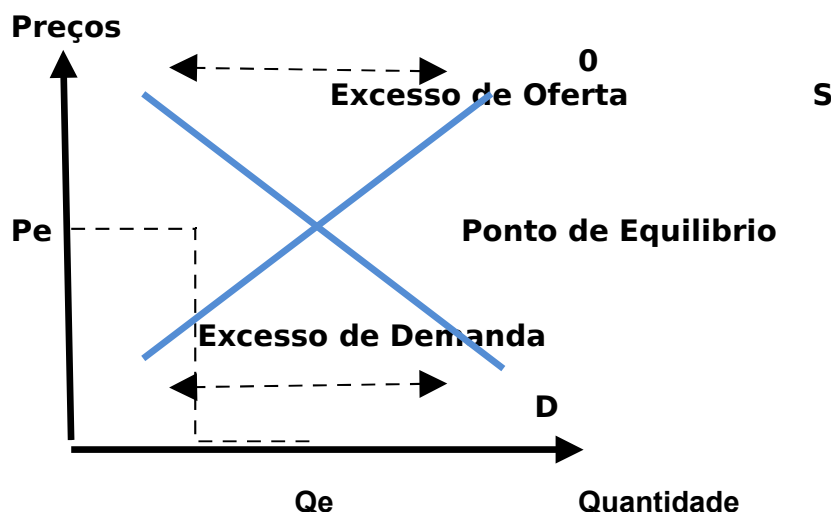
A Figura 7 demonstra o deslocamento a que estamos nos referindo.

Figura 7: Variações da curva de oferta



Já apresentamos a você as mais diferentes condutas dos consumidores (demanda) e dos produtores (oferta) em separado. Agora, vamos combiná-las para, numa interpretação conjunta, verificarmos como se determinam a quantidade e o preço de equilíbrio de um bem ou serviço vendido no mercado. A intersecção das curvas de oferta e de demanda, que identifica o ponto em que tanto os consumidores quanto os produtores se encontram satisfeitos e dispostos a agir, é o que ficou conhecido como equilíbrio de mercado e está demonstrado na Figura 8.

Figura 8: Equilíbrio entre oferta e demanda



Pela Figura 8, podemos perceber que qualquer situação fora do ponto de equilíbrio caracteriza um desequilíbrio. Caso a oferta seja superior à demanda, há excesso de oferta, e caso a demanda seja maior que a oferta, há excesso de demanda. Nota-se que o processo de ajuste ocorre sempre via preços, ou seja, a quantidade ofertada ou demandada é a variável dependente, e os preços, a variável independente.

No contexto discutido, há uma afirmação-chave: preço e quantidade de equilíbrio dependem da posição das curvas de oferta e demanda.

Quando, por algum motivo, uma dessas curvas se desloca, o equilíbrio do mercado muda. Na Teoria Econômica, essa análise é conhecida como estática comparativa, porque envolve a comparação de duas situações estáveis – um equilíbrio inicial e um novo equilíbrio. Para uma melhor compreensão dessa sistemática sobre a conduta dos consumidores e produtores, vamos adicionar o conceito de elasticidade, que consideramos fundamental para analisar o mundo em que vivemos. **Elasticidade*** nada mais representa do que uma medida da resposta dos compradores e vendedores às mudanças no preço e na renda.

Aprendemos que o preço do bem se ajusta para conduzir a quantidade ofertada e demandada ao equilíbrio. Então, dessa forma, precisamos ficar atentos para perceber não só a mudança dos preços, mas o quanto eles podem oscilar.

GLOSSÁRIO *Elasticidade – alteração percentual em uma variável em relação à variação percentual em outra. Fonte: Lacombe (2004).

A elasticidade-preço da demanda mede o quanto a demanda reage a uma mudança no preço. A demanda por um bem é considerada elástica se a quantidade demandada responder muito a uma dada variação no preço. Isto significa dizer que a demanda é muito sensível à mudança de preço. Caso essa resposta seja pequena, a demanda por esse bem é considerada inelástica, ou seja, a demanda é insensível à mudança de preço. É simples, basta dividir a variação percentual da quantidade demandada pela variação percentual do preço. No resultado encontrado, o coeficiente de elasticidade é um número puro, independente de qualquer identificação com a unidade, nas quais as variáveis foram expressas.

O coeficiente da elasticidade-preço da demanda é sempre negativo, uma vez que o preço e a quantidade demandada são inversamente relacionados.

Pode ser expressa algebricamente como:

$\Delta\%Q$ = Variação das quantidades Demandas

$\Delta\%P$ = Variação dos preços

$$\epsilon = \frac{\Delta\%Q}{\Delta\%P}$$

Vejam aqui alguns exemplos:

bens com alta elasticidade da demanda (elástica): refeições em restaurantes, veículos automotores, viagem aérea, carne bovina, refrigerante, turismo, manteiga, etc.; e **bens com baixa elasticidade da demanda (inelástica):** insulina, sal, gasolina, petróleo, ovos, leite, etc. Ainda podemos observar que o aumento na renda do consumidor, normalmente, aumenta a demanda por um bem. Mantendo o preço constante, podemos avaliar a variação na quantidade demandada para uma dada variação na renda. A sensibilidade da quantidade demandada a uma variação na renda do consumidor é chamada de elasticidade-renda da demanda. Se a elasticidade-renda for maior do que zero, dizemos que o bem é normal, e se for menor do que zero, o bem é inferior. A elasticidade-renda varia muito de bem para bem.

Pode ser expressa algebricamente como:

$\Delta\%Q$ = Variação da quantidade Demanda

$\Delta\%R$ = Variação da renda do consumidor

$$\epsilon = \frac{\Delta\%Q}{\Delta\%R}$$

Vejam aqui alguns exemplos:

bem normal: bem em que um aumento na renda provoca o aumento na quantidade demandada. Os bens normais têm elasticidade-renda da demanda positiva. Exemplos: frutas frescas, computadores, viagens aéreas, lazer, carne de soja, etc.; e

bem inferior: bem em que um aumento na renda provoca a diminuição na quantidade demandada. Os bens inferiores têm elasticidade-renda negativa. Exemplos: passagem de ônibus, moradia, carne de segunda, pão, batatas, etc. De modo semelhante à elasticidade-preço-demanda e à elasticidade-renda, temos a elasticidade cruzada da demanda. A elasticidade cruzada da demanda nada mais é que uma medida utilizada para analisar a relação entre os diversos produtos. Entre dois produtos, a elasticidade cruzada da demanda mede a variação percentual na quantidade demandada do bem 1 em resposta a uma dada variação percentual no preço do bem 2.

O coeficiente de elasticidade cruzada pode ser positivo ou negativo. Quando positivo, dizemos que os produtos são substitutos um do outro. Sendo negativo, dizemos que os produtos são complementares.

Assim, analisando o comportamento da elasticidade cruzada da demanda, podemos compreender o que são um bem substituto e um bem complementar (Quadro 1):

Quadro 1: Exemplos de bens substitutos e bens complementares

Bens substitutos	O aumento de um produto não interfere na satisfação do consumidor, que imediatamente tem a possibilidade de substituí-lo por um outro. Exemplo: manteiga e margarina, cinema e locação de fitas de vídeo, carne de frango e carne de vaca, cerveja, refrigerantes.
Bens complementares	Se um aumento no preço de um deles ocasiona uma redução na quantidade demandada do outro. Exemplo: gasolina e óleo para motor, camisa social e gravata; sapato e meia, pão e margarina, computador e software.

Veja bem, esta abordagem da elasticidade também poder ser utilizada no lado da oferta. A elasticidade-preço da oferta mede o quanto a quantidade ofertada responde à mudança de preço.

A oferta de um bem é chamada de elástica se a quantidade ofertada responde bem a mudanças no preço. Quando essa resposta na quantidade ofertada é pequena às mudanças de preço, dizemos que a oferta é inelástica. Diante disso, podemos afirmar que a elasticidade-preço da oferta depende da flexibilidade que os vendedores (produtores) têm para mudar a quantidade do bem que produzem.

Ao contrário da elasticidade da demanda, a elasticidade-preço da oferta é positiva. Isso ocorre, porque as variações de preço e quantidade se dão no mesmo sentido. Você se lembra do professor de Matemática falando de funções crescentes? Podemos calcular a elasticidade da oferta dividindo a variação percentual na quantidade ofertada pela variação percentual no preço. Então, a relação entre o preço de um produto e o volume de vendas é muito importante para as empresas. Mas qual a razão disto?

Isto ocorre, porque toda a relação descrita serve de base para a formação da política de preços, estratégia de vendas, e atendimento dos objetivos de lucro e participação no mercado. Assim, entender como se comporta a elasticidade torna-se muito importante para o administrador contemporâneo.

Estrutura de mercado

Na estrutura de mercado clássica, podemos distinguir dois casos extremos:

monopólio: quando uma empresa é a única provedora do produto;

concorrência perfeita: quando a dimensão de cada empresa é insignificante em relação às demais empresas.

O termo “concorrência” tem sentido múltiplo. Em Economia, acompanhado da palavra “pura”, significa justamente a inexistência de competição, no seu sentido parcial. Em outras palavras, em um mercado no qual vigora a concorrência pura, os competidores não têm rivalidade entre si.

As condições básicas para a existência de concorrência pura são:

homogeneidade do produto: um requisito da concorrência pura é que todos os vendedores de um dado produto vendam unidades homogêneas deste, e os compradores também consideram o produto homogêneo;

insignificância de cada comprador ou vendedor diante do mercado: cada comprador e/ou vendedor precisa ser pequeno o suficiente para não ser capaz de influenciar, sozinho, o preço de mercado;

ausência de restrições artificiais: não devem existir restrições artificiais à procura, à oferta ou aos preços. Em outros termos, é preciso que os preços sejam livres para oscilar de acordo com as exigências de mercado;

mobilidade: é preciso que haja mobilidade de bens, serviços e recursos. Novas firmas devem poder entrar sem dificuldade nesse mercado, assim como não deve existir impedimento à saída; e

pleno conhecimento (atributo da palavra “perfeita”): a concorrência perfeita incorpora o pleno conhecimento do sistema econômico e de todas as suas inter-relações por parte dos agentes partícipes desse mercado.

O monopólio é uma situação de mercado em que uma única firma vende um produto que não tem substitutos próximos. De uma outra forma, monopólio é uma

situação de mercado em que existe um só produtor de um bem (ou serviço) que não tem substitutos próximos.

Devido a isso, o monopolista exerce grande influência na determinação do preço a ser cobrado pelo seu produto.

Conforme Vasconcellos (2004), o mercado monopolista se caracteriza por apresentar condições diametralmente opostas às da concorrência perfeita. Nele existem, de um lado, um único empresário (empresa) dominando inteiramente a oferta e, de outro, todos os consumidores. Não há, portanto, concorrência nem produto substituto ou concorrente. Nesse caso, os consumidores se submetem às condições impostas pelo vendedor ou simplesmente deixam de consumir o produto.

Hipóteses básicas do modelo monopolista:

um determinado produto é suprido por uma única empresa; não há substitutos próximos para esse produto; e existem obstáculos (barreiras) de novas firmas na indústria (nesse caso, a indústria é composta por uma única empresa). As dificuldades para as empresas se estabelecerem no mercado, aqui entendidas como barreiras de acesso, podem ocorrer de várias formas. No caso de monopólio puro ou natural, devido à elevada escala de produção requerida, exige-se um grande montante de investimento. Refinarias de petróleo, siderurgia, etc., podem ser enquadradas neste caso.

Uma outra forma de empecilho à instalação de novas empresas no mercado imperfeito se dá através das patentes, direito único para produzir um bem. Os laboratórios farmacêuticos, encarregados da fabricação de medicamentos, valem-se deste instrumento de patentes ou controle de matérias-primas-chave. Finalmente, o monopólio estatal ou institucional, protegido pela legislação, normalmente ocorria em setores estratégicos ou de infra-estrutura. Até pouco tempo atrás, no nosso país, você sabe que tínhamos como exemplo: energia elétrica, telecomunicações, etc.

Uma outra estrutura bastante conhecida, nos dias de hoje, no campo da competição imperfeita é o oligopólio. É um tipo de estrutura normalmente caracterizada por um pequeno número de empresas que dominam a oferta de mercado. Pode-se caracterizá-la como um mercado em que há um pequeno número de empresas, como a indústria automobilística, ou, então, onde há um grande número de empresas, mas poucas dominam o mercado, como a indústria de bebidas. O setor produtivo brasileiro é altamente oligopolizado, sendo possível encontrar inúmeros exemplos: montadoras de veículos, setor de cosméticos, indústria de papel, indústria de bebidas, indústria química, indústria farmacêutica, etc.

O oligopólio pode ser:

puro: quando os concorrentes oferecem exatamente os mesmos produtos homogêneos, iguais, substitutos entre si. Exemplo: cimento, da indústria de cimento; alumínio, da indústria de alumínio; ou

diferenciado: quando o produto não é homogêneo. Exemplo: indústria automobilística ou de cigarro. Ou seja, embora semelhantes entre si, esses produtos não são idênticos – o Gol é diferente do Fiat Uno, etc.

O oligopólio apresenta como principal característica o fato de as firmas serem interdependentes. Isso decorre do pequeno número de firmas existentes na indústria, e significa que as firmas levam em consideração e reagem às decisões quanto a preço e produção de outras firmas.

No oligopólio, tanto as quantidades ofertadas quanto os preços são fixados entre as empresas por meio de conluios ou cartéis. O cartel é uma organização (formal ou

informal) de produtores dentro de um setor que determina a política de preços para todas as empresas que a ele pertencem. Exemplo: Cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que estabelece o preço do petróleo no mercado mundial.

Será que existe formação de cartel entre os distribuidores de álcool no Brasil? E entre os distribuidores de gasolina?
Pense nisso!

Além dos cartéis, existe um outro modelo de oligopólio chamado de liderança de preço. Liderança de preço é a forma de conluio imperfeito em que as empresas do setor oligopolístico decidem, sem acordo formal, estabelecer o mesmo preço, aceitando a liderança de preço de uma empresa da indústria.

Esse modelo pressupõe que a liderança decorre do fato de que uma das firmas rivais possui estrutura de custos mais baixos que as demais. Por essa razão, consegue se impor como líder do grupo.

Inicialmente, os preços podem ser diferenciados. O mercado, entretanto, preferirá o produto que esteja sendo oferecido a preços mais baixos. Desta forma, resta às firmas que oferecem o produto a preços mais elevados duas possibilidades: ou mantêm o preço e, como consequência, são banidas do mercado, ou, então, aceitam o preço praticado pela rival de menores custos, que é mais baixo, e continuam no mercado, sem maximizar seus lucros. Assim é que a firma líder de preço fica, através de um acordo tácito (isto é, um acordo não formal), responsável pela determinação do nível de venda do produto. As firmas menos favorecidas em termos de preços tornam-se seguidoras dos preços fixados pela firma líder.

A outra estrutura de mercado imperfeito é a concorrência monopolística ou concorrência monopolista. Ela está presente em vários setores da economia, mais do que você imagina. Esta forma de mercado tem como característica marcante empresas produzindo produtos diferenciados, embora sendo substitutos próximos. Nota-se, então, que, na concorrência monopolística, a empresa tem determinado poder sobre

a fixação de preços. A diferenciação do produto pode ocorrer por características físicas, de embalagem ou pelo esquema de promoção de vendas. Como exemplo, temos os laboratórios farmacêuticos, as indústrias alimentícias, automobilísticas, etc. Como o próprio nome diz, a concorrência monopolista é uma estrutura de mercado que contém elementos da concorrência perfeita e do monopólio, ficando em uma situação intermediária entre essas duas formas de organização de mercado. Ainda: não se confunde em nada com o oligopólio.

As principais características da concorrência monopolista são: margem de manobra para fixação dos preços não muito ampla, uma vez que existem produtos substitutos no mercado; e número relativamente grande de empresas com certo poder concorrencial, porém com segmentos e produtos diferenciados, seja por características físicas, seja por embalagens ou prestação de serviços complementares (pós-venda).

Essas características acabam dando um pequeno poder monopolista sobre o preço de seu produto, embora o mercado seja competitivo – daí o nome de concorrência monopolista.

Discutidos os principais aspectos ligados à Microeconomia, vamos agora passar à Macroeconomia.

No início do século XXI, a abordagem dos economistas tem-se dirigido à Nova Economia, à tecnologia da informação, ao ajuste externo e interno, à globalização dos mercados, etc. Assistimos às evidências do impacto dessas mudanças no nosso dia-a-dia, às vezes, sem nos preocuparmos muito com as conseqüências. Por isso, fazemos diversas indagações:

quais são exatamente os efeitos dessas mudanças?;

como elas podem afetar os padrões de vida e a taxa de crescimento da economia?;

como estas mudanças na economia atingem o emprego e o desemprego, os preços e o equilíbrio do balanço de pagamentos?;

por que razão as rendas são atualmente mais elevadas do que em 1970 e por que, em 1970, eram mais altas do que tinham sido em 1930?;

ainda, por que razão alguns países têm inflação, alta enquanto outros têm preços estáveis?;

quais as causas da recessão e da depressão, e como as políticas públicas podem evitá-las?;

por que a região onde você mora é mais ou menos desenvolvida?

Todas as questões levantadas acima estão no campo da Macroeconomia. Não estamos mais preocupados em compreender ou discutir as unidades de forma isolada. Estamos, sim, analisando algo sobre a Economia como um todo: o sistema econômico completo (agregado).

Na Macroeconomia, são observados os pontos principais da análise do equilíbrio parcial e geral, levando-se em conta a busca do pleno emprego.

Como explicar taxas tão elevadas de desemprego no Brasil e no mundo? Várias são as explicações para a questão do desemprego. Em muitos casos, a razão é atribuída ao próprio indivíduo, por não estar preparado para as exigências do mercado de trabalho ou por não aceitar reduções salariais.

Na verdade, trata-se da “dança das cadeiras”, conforme argumentou Souza (2000). Será que, por mais preparado que o indivíduo esteja, haverá local para ele sentar-se? Do ponto de vista individual, estar melhor preparado significa a possibilidade de primeiro sentar-se na cadeira. Contudo, devemos analisar a questão na totalidade, ou seja, se a economia não é capaz de gerar cadeiras suficientes, inevitavelmente, pessoas ficarão de pé, por mais preparados que estejam. Bom, mas aí argumentam que é a inovação tecnológica que destrói as cadeiras existentes na economia; o trabalho humano passa a ser substituído por máquinas. Estaríamos vivendo a época do fim do emprego, ou seja, nada podemos fazer, e o desemprego é algo inevitável. Novamente, ao observarmos a questão do ponto de vista individual, a inovação tecnológica causa desemprego. Contudo, ao mesmo tempo em que destrói, cria novos produtos, empresas, atividades econômicas e empregos. Em outras palavras,

a inovação tecnológica, embora possa modificar o nível de emprego, não determina, a priori, seu resultado. Generalizando, os vários argumentos, tais como rigidez no mercado de trabalho, altos encargos trabalhistas, salários nominais rígidos, etc., são facilmente refutáveis e não determinam, a princípio, o nível de emprego.

O que queremos argumentar é que estar ou não empregado não é uma mera escolha individual. O aumento do nível de emprego ocorre quando a taxa de expansão da economia supera o aumento da produtividade do trabalho (que significa um mesmo indivíduo passar a produzir mais no mesmo espaço de tempo, fruto de inovações tecnológicas). Simplificando, o aumento da produtividade dispensa cadeiras.

Contudo, o crescimento econômico deve ser capaz de gerar cadeiras suficientes para compensar as perdas e ainda absorver os jovens entrantes no mercado de trabalho.

Deparamo-nos, então, com duas variáveis que, de fato, determinam, a priori, a quantidade de cadeiras existentes na economia: o crescimento econômico e a produtividade do trabalho. E quem são os “atores” que decidem sobre essas variáveis?

Como anteriormente afirmamos, a inovação tecnológica, a princípio, não determina o nível de emprego. Essa é uma faceta menos grave do problema. A outra é a questão do crescimento econômico.

Vamos considerar como dada a variável produtividade. Caso não houvesse um crescimento da economia suficiente para absorver os entrantes no mercado de trabalho, inevitavelmente teríamos desemprego,

pois não haveria emprego para os novos profissionais. Percebe-se que isso é o que acontece no Brasil atualmente. Dessa forma, a questão agora é entender o porquê de taxas tão medíocres de crescimento, como por exemplo, o da economia brasileira, principalmente nos anos 1990 – justamente a década em que assistimos a uma das maiores taxas de desemprego de nossa história. Agora, trata-se de uma escolha, principalmente, política. Em suma, a verdadeira explicação para o desemprego é justamente a estagnação do crescimento econômico. Os conceitos mais abrangentes de política são úteis para definirmos política econômica, dado que esta não pode ser vista como um conjunto de procedimentos estanques e isolados. A política econômica abrange uma das partes integrantes da política pública. Situa-se no campo da Economia Normativa, por se sustentar não apenas no conhecimento positivo da Economia, mas também em juízos de valor, decorrentes de posições filosóficas e culturais assumidas pelos formuladores.

Para ser direto, podemos resumir os objetivos da política econômica em quatro, a saber:

crescimento da produção e do emprego;

controle da inflação;

equilíbrio nas contas externas;

e melhor distribuição da renda gerada no país.

Note-se que os objetivos de política econômica são amplos. Segundo Lanzana (2002), “[...] é preciso ter consciência de que os objetivos de política econômica não são independentes, sendo, no mais das vezes, conflitantes”.

O crescimento econômico é expresso usualmente por intermédio do acompanhamento de algumas variáveis, traduzidas em indicadores. As análises macroeconômicas tomaram impulso com o desenvolvimento da chamada contabilidade nacional, ou seja, de um instrumental capaz de mensurar a totalidade das atividades econômicas praticadas em um determinado período de tempo. O crescimento econômico está entre as metas dos formuladores da política econômica e refere-se à expansão da produção do país, uma quantidade maior de bens e serviços à disposição da sociedade.

O Sistema de Contas Nacionais, tal como é empregado no Brasil e no resto do mundo, deve-se aos trabalhos de vários economistas que se dedicaram à tarefa de homogeneizar a linguagem e definiram as principais variáveis como: consumo, investimento, renda, poupança, produto interno e nacional.

Existem três formas de medir a atividade econômica de um país: a ótica da produção, que é o próprio conceito de PIB; a ótica da renda, que se refere à remuneração dos fatores que participam do processo de produção como salários, juros, aluguéis e lucro; e a ótica da despesa, que se refere aos agentes que compram a produção – como as famílias, o investimento das empresas, os gastos do governo e as exportações e importações. Sistema de Contas Nacionais (SCN): que segue o Manual de Contas Nacionais das Nações Unidas com o objetivo de evidenciar o processo produtivo e de melhor descrever todos os fluxos entre os agentes econômicos que ocorrem em uma economia. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/> Se observarmos o comportamento da economia de um determinado país, facilmente notaremos que as atividades econômicas oscilam com o decorrer do tempo. Para medir as oscilações referidas, entre os vários tipos de indicadores, um dos mais representativos desta performance é o Produto Interno Bruto (PIB), calculado trimestralmente e que deve ser acompanhado com atenção. O PIB faz uma radiografia de toda atividade econômica. O PIB é identificado como o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em dado período de tempo. Dividindo-se o PIB pela população residente no país, você acha o PIB per capita.

Hipoteticamente, podemos dizer que, se a produção de bens e serviços de um país cresce mais rapidamente que a taxa de crescimento da população, em média, a produção por pessoa deve aumentar. Contudo, lembre-se de que o que importa para as pessoas é o valor real da moeda, traduzido no poder de compra da sua renda (salários, juros e aluguéis). Onde estiver ocorrendo um processo de mudança de preços (inflação ou deflação), vamos falar em PIB real. Portanto, o PIB real deve ser compreendido como uma medida de produto que leva em conta as alterações dos preços e não pode ser desprezado.

Mas o que determina o crescimento?

Como explicitado anteriormente, a variação do PIB é a medida do crescimento econômico. Assim, é necessário determinar quais são os componentes do PIB para

saber o que realmente determina o crescimento econômico de um país. A seguinte equação representa os condicionantes do crescimento econômico:

PIB = consumo das famílias + gasto do governo + investimento das empresas + exportação líquida.

Vamos analisar, agora, cada um dos componentes separadamente.

Consumo das famílias: ao se apropriarem de suas rendas, as famílias destinam uma parte ao consumo de bens e serviços. Quanto mais as famílias consumirem, mais as empresas terão que produzir para suprir as demandas por bens e serviços das pessoas. Vale ressaltar que famílias de baixa renda tendem a consumir proporcionalmente mais de suas rendas, pois não adquiriram todos os bens de que necessitam. Destaca-se, então, a importância de uma distribuição de renda equitativa no país, pois famílias de baixa renda consomem pouco e, caso tenham incrementos em seus ganhos, passarão a consumir mais, impulsionando o crescimento econômico.

Investimento das empresas: é uma das mais importantes variáveis para o crescimento de um país. Ao investirem, as firmas elevam o nível de emprego, produto e renda. As indústrias, na maioria das vezes, não possuem recursos suficientes para realizar seus planos de investimento e, com isso, precisam recorrer a empréstimos junto às instituições financeiras, pagando uma determinada taxa de juros pelo dinheiro que

tomam emprestado. Ao fazerem seus planos de investimento, as empresas calculam, aproximadamente, a rentabilidade que tal investimento vai lhes proporcionar. Caso a lucratividade do investimento seja maior que os juros que deverão ser pagos pelo financiamento, a empresa realizará seus planos; caso contrário, tal investimento torna-se inviável. Portanto, para que exista um nível de investimento elevado na economia, é necessário que se mantenha a taxa de juros baixa.

Gasto público: ao fazer obras, construir, operar suas estatais, etc., o governo está empregando mais pessoas, expandindo o nível de emprego e, ao mesmo tempo, dando condições para que as empresas produzam mais. Assim, ao comprar e produzir mais, o governo causa uma elevação da produção e do nível de emprego, e aumenta o nível de renda da economia.

Exportação líquida: são as exportações menos importações de um país. Quanto maior o saldo, maiores o nível de emprego e o crescimento econômico, já que a produção deve aumentar; quanto menor o saldo, menor o nível de emprego, pois produtos que eram produzidos aqui passam a ser comprados do exterior, piorando a produção da economia. É óbvio que nenhum país fica sem comprar e vender para o exterior, mas o ideal é aumentar o nível de exportações e diminuir o de importações. O Sistema de Contas Nacionais e a conseqüente mensuração dos agregados possibilitam uma avaliação quantitativa do produto que uma economia pode ser capaz de gerar num determinado período de tempo. Tal medida vem sendo considerada um importante indicador de desempenho econômico e mostra a capacidade de geração de renda das economias. Portanto, quando o objetivo da política econômica for de crescimento econômico, automaticamente, se estará procurando expandir o nível de produção e, conseqüentemente, o nível de emprego da economia. A mensuração das variáveis econômicas possibilita a avaliação quantitativa do produto que uma economia se torna capaz de gerar num determinado período de tempo. Tal medida é considerada um importante indicador

de desempenho econômico e identifica a capacidade de geração de renda da economia. Entretanto, se a preocupação for com a qualidade de vida da população, o produto agregado mostra-se inadequado.

Na avaliação da qualidade de vida da população, faz-se necessário considerar não apenas os aspectos econômicos, mas também aqueles ligados à oferta de bens públicos, como saúde e educação, que afetam diretamente o bem-estar. A utilização de indicadores sociais como parte da avaliação da riqueza de uma região insere-se na discussão entre crescimento e desenvolvimento econômico.

A preocupação com o bem-estar da sociedade nos remete ao confronto de dois importantes conceitos: crescimento econômico versus desenvolvimento econômico. Desse modo, observa-se nas sociedades em fase de desenvolvimento ou subdesenvolvidas a ocorrência de crescimento sem desenvolvimento.

Se o crescimento for muito concentrado, isto é, mal distribuído, a maior parte da população não se beneficia da elevação da renda gerada na economia. Vale a pena observar que uma das formas de avaliar o desenvolvimento é acompanhar a evolução de alguns indicadores relativos à saúde e à educação, porque seu comportamento fornece uma boa aproximação do que está ocorrendo com a qualidade de vida da população. Algumas instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD -, vêm divulgando sistematicamente dados como os de expectativas de vida, mortalidade infantil, condições sanitárias, nível e qualidade da educação do país.

Tais estatísticas, além de permitirem avaliar a qualidade de vida de um país, possibilitam comparações entre os países e fornecem uma idéia mais precisa do que vem a ser caracterizado como um país desenvolvido. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado nos Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, tem como objetivo avaliar a qualidade de vida nos

países. O PNUD calcula o IDH desde o início dos anos 1990 e, atualmente, o estima para muitos outros países. O IDH agrega, em sua metodologia de cálculo, três variáveis:

indicador de renda: é a renda per capita, ajustada para refletir a paridade do poder de compra (PPP) entre os países (portanto, renda avaliada em US\$ PPP);

indicador das condições de saúde: é a expectativa de vida (índice de longevidade); e

indicador das condições de educação: é uma média ponderada de outros dois indicadores, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos Ensinos Fundamental, Médio e Superior.

O IDH varia de zero a um e permite classificar os países em três grupos distintos: baixo desenvolvimento: IDH menor ou igual a 0,5; médio desenvolvimento: IDH entre 0,5 e 0,8; e países de alto desenvolvimento: IDH maior que 0,8.

Saiba mais...

Informações sobre como é calculado o PIB no Brasil e sua evolução durante os últimos anos nos endereços: <http://www.ibge.gov.br/home/>
<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>

Pesquise também na Fundação IBGE - Sistema de Contas Nacionais - Tabela de recursos e usos - Metodologia. Diretoria de Pesquisa, texto para discussão interna número 88, dezembro de 1998 em:

<http://www.ibge.gov.br/home/>

Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sua evolução nos principais países, em: <http://www.pnud.org.br/home/> <http://www.pnud.org.br/idh/>

RESUMO

Esperamos que você, na presente Unidade, tenha entendido pelo lado da Microeconomia como se formam as curvas de demanda e oferta, no caso de uma economia em regime de concorrência perfeita, bem como a formação do preço de equilíbrio, com destaques para os excessos de procura e oferta, e os conceitos de bens elásticos e inelásticos; e no caso de uma economia em regime de concorrência imperfeita, o monopólio e o oligopólio. Na Macroeconomia, centramos a atenção na formação das políticas econômicas, com vistas ao crescimento da produção, controle da inflação, equilíbrio das contas externas e melhor distribuição da renda gerada no país.

Atividades de aprendizagem

1. Que problemas microeconômicos e macroeconômicos têm sido destacados pelos noticiários nos últimos dias?
2. Por que o sal de cozinha consegue manter a quantidade consumida mesmo com preço elevado?
3. O turismo pode ser considerado um bem supérfluo? Justifique sua resposta.
4. Escreva um texto sobre o significado de monopólio, apresente mais exemplos dessa estrutura de mercado e discuta as implicações para o desenvolvimento de uma região, com destaque para a sua.
5. Explique o significado de oligopólio e de concorrência monopolística.
6. Discuta as características do mercado do principal produto comercializado em sua região.
7. Quais são a elasticidade-preço e a elasticidade-renda desse produto? Elástico ou inelástico? Explique a sua resposta.
8. Identifique alguns aspectos do crescimento econômico na sua cidade, região e Estado.
9. Qual o PIB dos Estados brasileiros? Identifique as atividades econômicas mais relevantes das nossas cinco regiões.

Material Complementar

Gestão de Comércio I – Economia e Mercados –

1 CONCEITOS DE ECONOMIA

Etimologicamente, a palavra *economia* vem do grego *oikos* (casa) e *nomos* (norma, lei). Seria a “administração da casa”, pode ser generalizada como “administração da coisa pública”

Economia pode ser definida como a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer às necessidades humanas.

Assim, trata-se de uma ciência social, já que objetiva atender às necessidades humanas. Contudo, depende de restrições físicas, provocadas pela escassez de recursos produtivos ou fatores de produção (mão-de-obra, capital, terra, matérias-primas).

Pode-se dizer que o **objeto de estudo da ciência econômica** é a questão da escassez, ou seja, como “economizar” recursos.

A **escassez** surge em virtude das necessidades humanas ilimitadas e da restrição física de recursos. Afinal, o crescimento populacional renova as necessidades básicas; o contínuo desejo de elevação do padrão de vida (que poderíamos classificar como uma necessidade “social” de melhoria de status) e a evolução tecnológica fazem com que surjam “novas” necessidades (computador, freezer, vídeo, DVD etc.). nenhum país, mesmo os países ricos, são auto-suficientes, em termos de disponibilidade de recursos produtivos, para satisfazer a todas as necessidades da população.

Se não houvesse escassez de recursos, ou seja, se todos os bens fossem abundantes (bens livres), não haveria necessidade de estudarmos questões como inflação, crescimento econômico, déficit no balanço de pagamentos, desemprego, concentração de renda etc. esses problemas provavelmente não existiriam (e obviamente nem a necessidade de se estudar Economia).

2 A QUESTÃO DA ESCASSEZ E OS PROBLEMAS ECONÔMICOS FUNDAMENTAIS

Todas as sociedades, qualquer que seja seu tipo de organização econômica ou regime político, são obrigadas a fazer opções, escolhas entre alternativas, uma vez que os recursos não são abundantes. Elas são obrigadas a fazer escolhas sobre O QUE E QUANTO, COMO e PARA QUEM produzir:

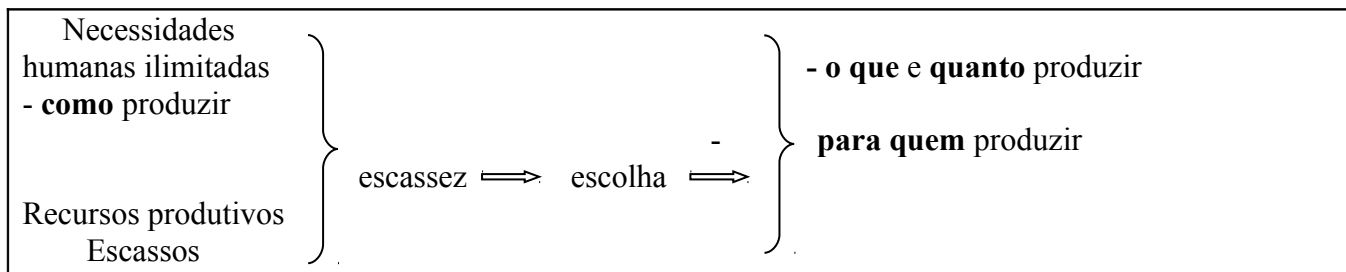
O QUE E QUANTO produzir: a sociedade deve decidir se produz mais bens de consumo ou bens de capital, ou, como num exemplo clássico: quer produzir mais canhões ou mais manteiga? Em que quantidade? Os recursos devem ser dirigidos para a produção de mais bens de consumo, ou bens de capital?

COMO produzir: trata-se de uma questão de eficiência produtiva: serão utilizados métodos de produção capital intensivos? Ou mão-de-obra intensivos? Ou terra intensivos? Isso depende da disponibilidade de recursos de cada país.

PARA QUEM produzir: a sociedade deve decidir quais os setores que serão beneficiados na distribuição do produto: trabalhadores, capitalistas ou proprietários da terra? agricultura ou indústria?

Mercado interno ou mercado externo? Região Sul ou Norte? Ou seja, trata-se de decidir como será distribuída a renda gerada pela atividade econômica.

Resumindo:



3 A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA – SISTEMAS ECONÔMICOS

Como as sociedades resolvem os problemas econômicos fundamentais: o que e quanto, como e para quem produzir? A resposta depende da forma de organização econômica.

Existem duas formas principais de organização econômica:

- Economia de mercado (ou descentralizada, tipo capitalista);
- Economia planificada (ou centralizada, tipo socialista).

Os países organizam-se ou dessas duas formas ou possuem algum sistema intermediário entre elas.

3.1 Funcionamento de uma economia de mercado

As economias de mercado podem ser analisadas por dois sistemas:

- Sistema de concorrência pura (sem interferência do governo);
- Sistema de economia mista (com interferência governamental).

3.1.1 Sistema de concorrência pura

Num sistema de concorrência pura ou perfeitamente competitiva, predomina o *laissez-faire*: milhares de produtores e milhões de consumidores tem condições de resolver os problemas econômicos fundamentais (o que e quanto, como e para quem produzir), como que guiados por “mão invisível”. Isso sem a necessidade de intervenção do estado na atividade econômica.

Isso se torna possível mediante o chamado **mecanismo de preços**, que resolve os problemas econômicos fundamentais e promove o equilíbrio nos vários mercados, da seguinte forma:

- se houver **excesso de oferta (ou escassez de demanda)**, formar-se-ão estoques nas empresas, que serão obrigados a diminuir seus preços para escoar a produção, até que se atinja um preço no qual os estoques estejam satisfatórios. Existirá concorrência entre empresas para vender os bens aos escassos consumidores;
- se houver excesso de demanda (ou escassez de oferta), formar-se-ão filas, com concorrência entre consumidores pelos escassos bens disponíveis. O preço tende a aumentar, até que se atinja um nível de equilíbrio em que as filas não mais existirão.

Os problemas econômicos fundamentais são resolvidos, no sistema de concorrência pura, da seguinte forma:

- **o que e quanto produzir:** o que produzir é decidido pelos votos, desejos dos consumidores (o que é chamado de “soberania do consumidor”); quanto produzir é determinado pelo encontro da oferta e demanda de mercado;
- **como produzir:** é resolvido no âmbito das empresas (trata-se de uma questão de eficiência produtiva);
- **para quem produzir:** é decidido no mercado de fatores de produção (pelo encontro da demanda e oferta dos serviços dos fatores de produção). Para quem produzir é uma questão distributiva, ou seja, quem ou quais setores serão beneficiados pelos resultados da atividade produtiva.

3.1.2 Sistema de mercado misto: o papel econômico do governo

Por pelo menos 100 anos, do final do século XVIII, com a Revolução Industrial, ao final do século passado, predominava um sistema de mercado muito próxima da concorrência pura. No século XX, quando se tornou mais presente a força dos sindicatos e dos monopólios e oligopólios, associada a outros fatores, como ao aumento da especulação financeira, desenvolvimento do comércio internacional, a economia tornou-se mais complexa.

A ocorrência de uma grande crise econômica, qual seja, a depressão nos anos 30, mostrou que o mercado, sozinho, não garante que a economia opere sempre com pleno emprego de seus recursos, evidenciando a necessidade de uma situação mais ativa do setor público nos rumos da atividade econômica.

Basicamente, a atuação do governo justifica-se com o objetivo de eliminar as chamadas distorções alocativas (isto é, na alocação de recursos) e distributivas, e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade. Isso pode dar-se das seguintes formas:

- a) atuação sobre a formação de preços, via impostos, subsídios, tabelamentos, fixação de salário mínimo, preços mínimos, taxa de câmbio;
- b) complemento da iniciativa privada, principalmente de investimentos em infra-estrutura básica (energia, estradas etc.), o qual, eventualmente, o setor privado não tem condições financeiras de assumir, seja pelo elevado montante de recursos necessários, seja em virtude do longo tempo de maturação do investimento, até que venha a propiciar retorno;
- c) fornecimento de serviços públicos: iluminação, água, saneamento básico etc.;
- d) fornecimento de bens públicos: bens públicos são bens gerais, fornecidos pelo estado, que não são vendidos no mercado; fundamentalmente, educação, justiça, segurança;
- e) compra de bens e serviços do setor privado: o governo é, isoladamente, o maior agente do sistema e, por tanto, o maior comprador de bens e serviços.

4 DIVISÃO DO ESTUDO ECONÔMICO

A teoria econômica representa um só corpo de conhecimento, mas, como os objetivos e métodos de abordagem podem diferir de acordo com a área de interesse do estudo, costuma-se dividi-la de forma a seguir:

MICROECONOMIA: estuda o comportamento de consumidores e produtores e o mercado no qual interagem. Preocupa-se com a determinação dos preços e quantidades em mercados específicos.

MACROECONOMIA: estuda a determinação e o comportamento dos grandes agregados, como PIB, consumo nacional, investimento agregado, exportação, nível geração do preço, etc., com o objetivo de delinear uma política econômica. Tem um enfoque conjuntural, isto é, preocupa-se com a resolução de questões como inflação e desemprego, a curto prazo.

QUESTÕES DE REVISÃO

1. Por que os problemas econômicos fundamentais (o quê, como e para quem produzir) originam-se da escassez de recursos produtivos escassos?
2. O problema fundamental com o qual a economia se preocupa é:
 - a) A pobreza
 - b) O controle dos bens produzidos
 - c) A escassez
 - d) A taxa de daqueles que recebem toda e qualquer espécie de renda
 - e) A estrutura de mercado de uma economia
3. Os três problemas econômicos relativos a “o que”, “como” e “para quem” produzir existe:
 - a) Apenas nas sociedades de planejamento centralizado
 - b) Apenas nas sociedades de “livre empresa” ou capitalistas nas quais o problema da escolha é mais agudo
 - c) Em todas as sociedades, não importado seu grau de desenvolvimento ou sua forma de organização política
 - d) Apenas nas sociedades subdesenvolvidas, uma vez que desenvolvimento é, em grande parte enfrentar estes três problemas
 - e) Todas as respostas anteriores estão corretas.
4. Em um sistema de livre iniciativa privada o sistema de preço restabelece a posição de equilíbrio:
 - a) Por meio da concorrência entre compradores, quando houver excesso de oferta
 - b) Por meio da concorrência entre vendedores, quando houver excesso de demanda
 - c) Por pressões para baixo e para cima nos preços, tais que acabem respectivamente com o excesso de demanda e com o excesso de oferta
 - d) Por meio de pressões sobre os preços que aumentam a quantidade demandada e diminuem a quantidade ofertada, quando há excesso de oferta, e que aumentam a quantidade ofertada e diminuem a demandada, quando há excesso de demanda.
 - e) Todas as alternativas anteriores são falsas.

Bibliografia

- VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro – 3.ed. – São Paulo: atlas, 2002.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série Perguntas mais Frequentes**. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br>>.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **Brasil e a Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BRAGA, J. C. **A contemporaneidade de O capital**. In: (Org) CARNEIRO, Ricardo. Os clássicos da Economia. São Paulo: Ática, 1997.
- CANUTO, Otaviano; BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- CARNEIRO, Ricardo. **Os clássicos da Economia**. São Paulo: Ática, 1997.
- CARVALHO, Fernando; *et al.* **Economia Monetária e Financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CHANG, Ha-Joon. Rompendo o modelo: uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do Estado. In: ARBIX, Glauco; COMIN, A.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- CORAZZA, Gentil. (Org). **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- DEANE, Phyllis. **A evolução das idéias econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GALBRAITH, John Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- GIANNETTI, Eduardo. **O valor do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- 154
Curso de Graduação em Administração a Distância
- HALL, Robert Ernest; LIEBERMAN, Marc. **Microeconomia: princípios e aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.
- KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e prática**. São Paulo: Addison Wesley Bra, 2005.
- KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de Administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LANZANA, Antônio E. T. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LUQUE, C. A; SCHOR, S. M. Teoria Macroeconômica: evolução e situação atual. In: LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio. **Manual de Macroeconomia**. São Paulo: 2000.
- MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Introdução à Economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

Hino Nacional

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada, Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra, mais garrida,
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores."

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro dessa flâmula
- "Paz no futuro e glória no passado."

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada, Brasil!

Hino do Estado do Ceará

Poesia de Thomaz Lopes
Música de Alberto Nepomuceno
Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que tua glória conta!
Terra, o teu nome a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada, ao vê-las
Ressoa a voz dos ninhos...
Há de florar nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos.
Seja teu verbo a voz do coração,
Verbo de paz e amor do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que no seu barco seja um nada
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros?

Se, nós te amamos, em aventuras e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras e florestas
Brotem no solo em rumorosas festas!
Abra-se ao vento o teu pendão natal
Sobre as revoltas águas dos teus mares!
E desfraldado diga aos céus e aos mares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi na paz da cor das hóstias brancas!



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação